



RELATÓRIO
ANUAL
2024

 **SICOOB**
Credimac



Cooperativa de Crédito Credimac Ltda.

SEDE

Praça Governador Valadares, 142
Centro – Martinho Campos – MG – CEP 35606-000
Telefones: (37) 3524-1512 / (37) 99932-3262
Email: mcampos314100@sicoobcrediminas.com.br

PA 01

Rua João Vital da Silva, 433
Centro – Distrito de Ibitira – Martinho Campos – MG
CEP 35607-000
Telefones: (37) 3524-6200 / (37) 99820-1761
Email: mcampos314100@sicoobcrediminas.com.br

Conselho de Administração

Laender Lenon Corgozinho
Presidente do Conselho

Edimar Antônio de Oliveira
Evandro Francisco Costa
Neuza Costa de Carvalho Zacarias

Conselho Fiscal – Efetivo

Liliane Maria de Carvalho
Coordenadora do Conselho Fiscal
Débora Milena Couto Modesto de Medeiros
Tayron Luiz Alves da Silva

Conselho Fiscal – Suplente

Rone Vitor Geraldo de Lima

Diretoria Executiva

Leidiane Aparecida Ferreira Rates
Diretora Administrativa

Marco Aurélio Arruda Duarte
Diretor de Negócios

Sérgio Henrique da Silva
Diretor de Riscos

Relatório Anual / 2024 Sicoob Credimac

Edição e Coordenação de Produção
Laíza Tássia dos Santos Souza

Revisão
Laíza Tássia dos Santos Souza
Ítalo Vinícius Silva
Izabel Cristina de Medeiros Araújo

Projeto Gráfico e Diagramação
Smart House – Marketing e Negócios
www.smarthouse.marketing

Capa

Em pé: Camila, Verônica, Ítalo.
Sentadas: Jaqueline e Larissa.
Funcionários do Sicoob Credimac.



www.sicoob.com.br/web/sicoobcredimac



facebook.com/sicoobcredimac



instagram.com/sicoobcredimac



@SicoobCredimac

SUMÁRIO

4

*Mensagem
do Presidente*

52

*Relatório da
Administração*

6

*Nossos números
contam uma história
de crescimento*

55

*Balanços
Patrimoniais*

8

Ganho Social

56

*Demonstrações de
Sobras ou Perdas*

10

*Impacto Social
Positivo*



57 *Demonstrações das
Mutações do
Patrimônio Líquido*

60 *Notas Explicativas
às Demonstrações
Contábeis*

58 *Demonstrações
dos Fluxos de Caixa*

94 *Parecer do
Conselho Fiscal*

60 *Demonstrações
do Resultado
Abrangente*

95 *Relatório do Auditor
Independente sobre
as Demonstrações
Contábeis*



“Nossa essência é enraizada na comunidade, garantindo que os benefícios gerados pelo nosso crescimento sejam reinvestidos na economia local, gerando prosperidade para todos.”.

Laender Lenon Corgozinho
Presidente do Conselho de
Administração do Sicoob Credimac

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Ao longo de 2024, o Sicoob Credimac continuou sua trajetória de crescimento e fortalecimento, reafirmando seu compromisso com o desenvolvimento dos cooperados e da comunidade. O ano foi marcado por avanços significativos em diversos indicadores financeiros, refletindo a solidez e a credibilidade da cooperativa.

Comparado ao ano de 2023, registramos uma expressiva evolução de 16,22% no patrimônio líquido, atingindo R\$ 28.480.145,77, enquanto os ativos cresceram 13,17%, alcançando R\$ 138.087.216,64. Os depósitos também tiveram um acréscimo de 11,67%, somando R\$ 86.721.089,94, e as operações de crédito cresceram 16,52%, atingindo R\$ 72.472.933,88, o que demonstra a confiança crescente dos nossos cooperados e a eficácia da nossa gestão. O número de associados cresceu 3%, totalizando 4.762, reforçando o reconhecimento e a credibilidade da cooperativa na região.

Nosso crescimento também se refletiu na ampliação do nosso quadro de colaboradores. Durante o ano, realizamos diversos processos seletivos para suprir demandas e fortalecer nossa equipe. Um marco importante foi a contratação dos primeiros estagiários, passo essencial para a capacitação de novos talentos e para a construção de um futuro ainda mais promissor para a cooperativa.

Reafirmando nosso compromisso com o desenvolvimento social, apoiamos 65 iniciativas comunitárias ao longo do ano, beneficiando cerca de 12.043 pessoas e investindo mais de R\$ 193 mil em diversas frentes. Nossas ações incluíram o incentivo ao esporte, apoio a festividades culturais do município,

investimentos em Escolas Estaduais e Municipais, colaboração com o Rotary, APAE e outras iniciativas que promovem a melhoria da qualidade de vida local.

Os benefícios da cooperativa para nossos associados vão além dos serviços financeiros, impactando diretamente suas vidas e fortalecendo nossa comunidade. Em 2024, alcançamos um ganho social de R\$ 3.701 por cooperado, valor médio de economia do associado por ter realizado operações com a cooperativa. Esse resultado é reflexo do compromisso em garantir vantagens reais e tangíveis para aqueles que fazem parte do Sicoob Credimac.

Como única cooperativa financeira fundada em Martinho Campos, temos um olhar atento às necessidades locais e um compromisso direto com o desenvolvimento da região. Nossa essência é enraizada na comunidade, garantindo que os benefícios gerados pelo nosso crescimento sejam, de fato, reinvestidos na economia local, gerando prosperidade para todos.

A cada cooperado, colaborador e parceiro, nosso muito obrigado por contribuir na construção de mais um ano de conquistas. Seguimos firmes no nosso compromisso de oferecer soluções financeiras acessíveis e sustentáveis, sempre com foco no crescimento coletivo.

Laender Lenon Corgozinho

Presidente do Conselho de Administração
do Sicoob Credimac

NOSSOS NÚMEROS CONTAM UMA HISTÓRIA DE CRESCIMENTO

Os resultados financeiros do Sicoob Credimac em 2024 não apenas confirmam nossa solidez, mas também destacam um crescimento consistente e relevante em todos os indicadores estratégicos. Confira os números que comprovam nossa trajetória de sucesso:

Patrimônio Líquido: +16,22%

2023: R\$ 24.504.488,03

2024: R\$ 28.480.145,77

Crescimento de 16,22%

Ativos Totais: +13,17%

2023: R\$ 122.021.868,09

2024: R\$ 138.087.216,64

Expansão de 13,17%

Depósitos: +11,67%

2023: R\$ 77.655.409,35

2024: R\$ 86.721.089,94

Aumento de 11,67%

Operações de Crédito: +16,52%

2023: R\$ 62.195.337,81

2024: R\$ 72.472.933,88

Crescimento expressivo de 16,52%



O que esses números significam?

Mais solidez: O patrimônio líquido em ascensão reforça nossa estabilidade financeira.

Maior capacidade de investimento: O crescimento dos ativos amplia nosso potencial de gerar valor para os cooperados.

Confiança dos associados: O aumento nos depósitos e operações de crédito reflete a credibilidade conquistada na comunidade.

Os números falam por si. E eles mostram que o Sicoob Credimac segue fortalecendo cada vez mais seu papel como importante agente de desenvolvimento econômico e social de Martinho Campos.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

+16,52%

R\$ 62,195
milhões

R\$ 72,47
milhões

2023

2024

DEPÓSITOS TOTAIS

+11,67%

R\$ 77,65
milhões

R\$ 86,72
milhões

2023

2024

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

+16,22%

R\$ 24,50
milhões

R\$ 28,48
milhões

2023

2024

ATIVOS

+13,17%

R\$ 122,02
milhões

R\$ 138,08
milhões

2023

2024

GANHO SOCIAL

2024

Sicoob
Credimac

TOTAL DO GANHO SOCIAL

R\$ 16.216.407,00

MENORES TAXAS | OP. CRÉDITO

Economia de

R\$ 12.084.377,00

Taxa média
mensal

SICOOB CREDIMAC

BANCOS

2,91%

4,55%

MELHOR REMUNERAÇÃO | APLICAÇÕES

Ganho de

R\$ 67.343,00

Taxa média
mensal

SICOOB CREDIMAC

BANCOS

0,7%

0,69%

MENORES TARIFAS

Economia de

R\$ 1.895.686,00

Tarifa média
mensal

SICOOB CREDIMAC

BANCOS

R\$ 21,42

R\$ 108,51

SOBRAS

R\$ 2.065.164,00



GANHO SOCIAL
MÉDIO POR
COOPERADO

R\$ 3.701,00

SICOOB
Credimac

O ganho social é o somatório da diferença entre as taxas e tarifas praticadas pela cooperativa e a média das taxas e tarifas praticadas pelo SFN – Sistema Financeiro Nacional.

A photograph of a man with a beard and a young boy crouching in a garden. The man is wearing a light-colored sweater and green shorts, and the boy is wearing a striped shirt and blue jeans. They are both looking down at the ground, possibly planting or tending to a plant. The background is a lush green yard with trees and bushes.

Impacto Social Positivo

Compromisso do Sicoob Credimac com o desenvolvimento da comunidade martinho-campense.



IMPACTO SOCIAL POSITIVO

Compromisso do Sicoob Credimac com o desenvolvimento da comunidade martinho-campense.

O Sicoob Credimac tem um compromisso sólido com o princípio cooperativista do interesse pela comunidade. Em 2024, nossa cooperativa realizou diversas ações sociais, demonstrando nosso apoio e dedicação ao desenvolvimento local e ao bem-estar das pessoas.

Patrocínios e Doações

Como forma de exercer esse princípio, patrocinamos e realizamos doações para apoiar uma variedade de eventos e iniciativas. Essas ações são fundamentais para fortalecer os laços comunitários e promover um ambiente de cooperação e solidariedade.

Dados das iniciativas em 2024



65 AÇÕES APOIADAS



12.043 PESSOAS IMPACTADAS



+R\$ 193.000,00
EM VALORES DESTINADOS

Esses números refletem nosso compromisso contínuo com a comunidade e a importância que damos ao impacto positivo que podemos gerar. Cada ação apoiada é uma oportunidade de fazermos a diferença na vida das pessoas e contribuir para um futuro melhor.

Confira nas próximas páginas as imagens de algumas iniciativas.

Dia das Crianças em Albert Isaacson



Arraiá do Projeto Movimenta Comunidade, em Albert Isaacson



Associação Esportiva Carlinhos Katira





Encontro ATeG do queijo



Balcão para o salão do Grupo de Alcoolicos Anônimos, em Ibitira



Uniformes para Banda Lira Santa Cecília



Evento de Conscientização sobre Autismo – APAAMAC





Doação de copos para a Delegacia de Polícia Civil – DEPOL



Curso de Inseminação Artificial



Roupas para o Desfile de 7 Setembro – Aluna da Esc. Est. Francisco Dias



Ação do Dia das Crianças, realizada pela Igreja Batista



Doação para realização dos leilões do Sindicato dos Produtores Rurais de Martinho Campos



Doação para a construção do salão da Capela São Paulo Apóstolo





Projeto Baú Educamente, realizado pelo Rotary Clube de Martinho Campos



1ª Feira Culinária da Escola Estadual Padre Nonô



Festa de São João Batista, no Pontal



Festa de São José em Alberto Isaacson



Festa de São Pedro em Ibitira



Festa Junina da APAE



Festa Junina Cemei do Cantinho Feliz





Festa Junina do Cemei Dona Elisa



Festa Junina da Escola Municipal Coronel Pedro Lino



Festa Junina da Escola Municipal Deputado Emílio Vasconcelos Costa



Festa de Nossa Senhora de Fátima, no Sacramento



Festa de Santa Rosa de Lima, em Buriti Grande



Apoio ao Fisiculturista Lucas Carlos dos Santos Ferreira





Doação de chapéus para o Grupo de Folia de Reis Estrela do Oriente



Ibitira Atlético Clube



Projeto Cidadãos do Amanhã – Kosmus Futebol Clube



Grupo de Capoeira Afro Minas





Projeto Esporte para Todos – APAHFMAC



Projeto “Mãos Limpas”, realizado pelo Rotary Clube de Martinho Campos em prol da APAE



V Encontro de Jovens com Cristo – EJC



Apoio ao atleta de corrida Wesley Sérgio de Andrade





**Café**
com o
cooperado

Valorizando quem é o dono do negócio

O evento “Café com o Cooperado” teve início em 2023 e, durante 2024, foi realizado com maestria, sendo extremamente elogiado pelos cooperados.

O encontro foi criado com a finalidade de estar mais próximo dos cooperados, gerando maior proximidade entre eles e o Presidente do Conselho de Administração, trabalhando também o senso de pertencimento à cooperativa.

Além disso, durante os encontros são realizadas palestras específicas para o público definido, como forma de colocarmos em prática o Princípio Cooperativista da “Educação, Formação e Informação”, levando também transparência para os presentes, com a apresentação das ações, números e novidades da cooperativa. Durante o ano, foram realizados quatro encontros, sendo eles:

Café com Cooperado Pessoa Física

Palestra com Adriana Galuppo
132 cooperados presentes

Café com Cooperado Produtor Rural

Palestra com Maria Emília
130 cooperados presentes

Café com Cooperado Pessoa Jurídica

Palestra com Pedro Seixas
179 cooperados presentes

Café com Cooperado P.A. Ibitira

Palestra com Cali Silva
98 cooperados presentes









COM O CRESCIMENTO, A OPORTUNIDADE.

Crescemos juntos com a nossa cooperativa.

Em decorrência do processo de expansão dos negócios, o Sicoob Credimac tem recrutado vários profissionais para trabalhar em suas agências, inclusive estagiários. Os processos de recrutamento e seleção de candidatos têm sido cada vez mais frequentes para suprir as vagas em aberto. Os processos seletivos têm sido muito concorridos, recebendo até 80 currículos para uma única vaga.

Alicerçadas em isonomia e isenção, as seleções são baseadas em critérios técnicos e o processo seletivo é realizado por uma profissional terceirizada, contratada para esse único fim. O processo é composto por algumas etapas, sendo elas:

- Recebimento de currículos
- Triagem dos currículos
- Mapeamento de perfil
- Entrevistas

Nas palavras da Verônica, Agente de Atendimento contratada em março de 2024 – *“O processo seletivo foi muito tranquilo. Foi dividido em etapas e com profissional qualificada, o que trouxe segurança e leveza nas entrevistas de forma que foi fácil passar todas as informações solicitadas, me fazendo sentir como se estivesse em um bate-papo. A recepção dos colegas de trabalho na cooperativa foi excelente, o pessoal se disponibilizou para esclarecer as dúvidas, me deixando animada para fazer parte do time. Me orgulho em fazer parte do Sicoob Credimac, uma cooperativa que se preocupa com a sua equipe, promovendo a cada dia o nosso crescimento e priorizando sempre um ótimo atendimento para os associados”.*



“Me orgulho em fazer parte do Sicoob Credimac, uma cooperativa que se preocupa com a sua equipe, promovendo a cada dia o nosso crescimento e priorizando sempre um ótimo atendimento para os associados”



+++++

+++++

+++++

+++++

+++++

Além dos processos externos, também são realizados processos internos, onde a vaga é anunciada internamente e dada oportunidade aos colaboradores que almejam um reposicionamento para outras áreas da cooperativa; para isso, é preciso que o empregado atenda a critérios pré-estabelecidos – “Buscamos identificar por meio de análise de perfil, se o candidato tem habilidades para exercer o cargo

em questão. E com essa atitude, percebemos que as pessoas se sentem mais valorizadas dentro da cooperativa, o que estimula o aperfeiçoamento individual em busca de crescimento. Isso é bom para o empregado e para a cooperativa” – explica a Diretora Administrativa, Leidiane. Conheça um pouco mais da equipe do Sicoob Credimac, por área de atuação:

Estagiários



Raquel, Gabriele, Taísa e Marcelo

Equipe do P.A. de Ibitira



Mirtes, Mércia, Amanda Adriana, Conceição, Stéfane e Beatriz

Equipe de Riscos e Compliance



Ítalo, Jaqueline e Sérgio

Equipe Administrativa



Em pé: Túlio, Rúbia, Luana, Paulo e Paola
Sentadas: Leidiane e Izabel



Equipe Comercial



Em pé: Larissa, Elyandra, Fernando, Cristiane, Thalles, Angélica e Verônica
Sentados: Juciele, Samuel, Luciene e Ralf

Equipe de Negócios



Em pé: Marco Aurélio, Mércia, Laíza, Camila, Bárbara e Ronald
Sentadas: Kellen e Amanda Cristina

Conselho Fiscal



Débora, Tayron, Liliane e Rone

Conselho Administrativo



Edimar, Laender, Neuza e Evandro

Inovação e Cooperação

1º RELÓGIO DIGITAL DE MARTINHO CAMPOS É ENTREGUE PELO SICOOB CREDIMAC



Em dezembro de 2024, o Sicoob Credimac presenteou Martinho Campos com um relógio digital, que foi instalado na Praça da Matriz, o cartão postal da nossa cidade.

Um dos nossos propósitos é envolver os colaboradores nas nossas ações, e dessa vez não foi diferente. Todos eles foram convidados a participar enviando frases para serem expostas no relógio. E a frase que inaugurou o equipamento foi a do Gerente de Negócios, Ronald Dias: ***“Com raízes em Martinho Campos, nossa história é feita de confiança e parceria.”*** Como reconhecimento da participação e destaque da frase, o empregado foi premiado com um dia de folga.



REEL COMPARTILHADO EM JAN. 3, 20...
DE @SICOOBCREDIMAC

Escaneie o QR Code
acima e assista o
vídeo da inauguração

Esse relógio não é apenas um marco de precisão e tecnologia, mas também um símbolo do nosso compromisso com a inovação e a modernidade. Com um design elegante e funcionalidades avançadas, ele está pronto para marcar cada segundo com estilo e precisão, além de fortalecer a marca da cooperativa no município.



POSSE DO NOVO CONSELHO FISCAL



Foi realizada no dia 24 de junho de 2024 a posse dos novos membros do Conselho Fiscal do Sicoob Credimac, mandato 2024 – 2027, sendo eles: Liliane, Tayron, Débora e Rone.

O Presidente do Conselho de Administração da Cooperativa, Laender Lenon Corgozinho, explicou aos funcionários sobre a importância do Conselho Fiscal no Sicoob Credimac, oportunidade em que destacou o papel fundamental do órgão na fiscalização das atividades financeiras e na garantia da transparência para todos os cooperados.

Os novos membros foram eleitos na Assembleia Geral Ordinária e a atuação do órgão se dá por meio de suas opiniões, recomendações e fiscalização das contas e atos da administração, abrangendo ainda a fundamentação dos negócios da gestão.

Durante a solenidade, também foi realizada uma homenagem para o Sr. Warlei Vieira, que atuou no órgão durante o último mandato.



Cuidando de todos

A IMPORTÂNCIA DA SAÚDE DOS COLABORADORES E DA COMUNIDADE

Reforçando o compromisso com a saúde e o bem-estar dos colaboradores, suas famílias e com a comunidade, durante o ano de 2024, o Sicoob Credimac realizou algumas ações importantes. Confira!

CAMPANHA ANUAL DE VACINAÇÃO CONTRA A INFLUENZA A – H1N1



No mês de abril ocorreu a campanha de vacinação para toda a equipe do Sicoob Credimac, incluindo dirigentes, empregados, terceirizados e familiares – cônjuges e filhos. O objetivo dessa ação é prevenir a doença e zelar pela saúde e integridade do time, propiciando a alta

produtividade.

Com essa ação, reforçamos nosso compromisso com a saúde e o bem-estar dos colaboradores e suas famílias, contribuindo para uma sociedade mais saudável.





DIA MUNDIAL DA SAÚDE



Nos dias 08 e 09 de abril, realizamos uma ação especial para a comunidade, em comemoração ao Dia Mundial da Saúde.

Estivemos na porta de nossas duas agências com profissionais realizando aferição de pressão arterial, testes rápidos de glicemia e ainda uma nutricionista realizando bioimpedância, de todos aqueles que tiveram interesse em participar.

A ação foi um sucesso, **foram realizados 123 exames de bioimpedância e 163 testes rápidos de glicemia.**





SETEMBRO AMARELO

Em prol do movimento “Setembro Amarelo”, o Sicoob Credimac realizou uma palestra interna para os colaboradores com a Psicóloga Ana Flávia, que abordou o tema da “Saúde Mental e a importância do autocuidado”.

Além da palestra, durante a semana do dia 16 a

20 de setembro, o setor de Marketing juntamente com o setor de Departamento Pessoal, preparou mensagens sobre o tema que foram colocadas todos os dias nas mesas de cada empregado, o que foi muito bem recebido pela equipe.





Educação financeira

AJUDANDO OS JOVENS A PLANEJAR O FUTURO



Com o objetivo de promover educação financeira e proporcionar uma base sólida para a tomada de decisões econômicas desde cedo, o Sicoob Credimac realizou no mês de junho uma ação especial para os alunos do ensino médio da Escola Estadual Francisco Dias, do Distrito de Alberto Isaacson.

Foram realizadas palestras sobre cooperativismo e educação financeira, possibilitando aos alunos administrarem suas finanças de maneira consciente e responsável.

Os alunos realizaram uma visita técnica na Cooperativa, que se iniciou com a apresentação de todos os setores do Sicoob Credimac,

fazendo parte do “Projeto Profissões”, executado pela Escola. Depois, os alunos conheceram mais sobre o Cooperativismo, com a palestra do Presidente do Conselho de Administração, Laender.

Ao final, foi servido um café e a visita foi encerrada com a Palestra sobre Educação Financeira, ministrada pela Gerente Mércia Hilário. *“Minha experiência aqui foi algo que vou levar para o resto da minha vida, principalmente na área de educação financeira, algo tão importante pra nós”* – disse João Pedro, um dos alunos que participou dessa iniciativa da cooperativa.





DOAR UM GESTO DE AMOR

Em 2024, a ação do Dia de Cooperar do Sicoob Credimac foi realizada em conjunto com o Grupo Santos e Dias. No dia 28 de junho, levamos uma caravana de voluntários para realizar doação de sangue no Hemominas, em Divinópolis. Essa ação confirmou mais uma vez o nosso compromisso com a busca pelo bem-estar de nossa comunidade.

Através de campanhas como essa, cada vez mais pessoas se sentem encorajadas a tornarem-se doadores regulares, contribuindo para salvar muitas vidas afinal, cada gota faz a diferença!



DIA DAS CRIANÇAS



Sabemos que a infância é uma fase mágica, cheia de descobertas e de formação de valores que levamos para a vida toda. Por esse motivo, o Sicoob Credimac organizou uma homenagem para as crianças. Foram servidos picolés, pipoca

e gelatina para a criançada! E para deixar o momento ainda mais especial, tivemos a presença do Mickey e da Minnie, que garantiram boas risadas dos pequenos.



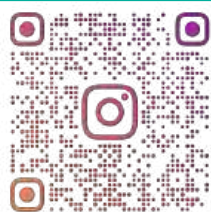


SICOOB CREDIMAC PRESENTE EM EVENTOS ESTRATÉGICOS

Como forma de valorizar os nossos cooperados e apoiá-los em seus negócios, em 2024, participamos de dois eventos importantes.

1ª Feira Pró-Genética

Realizada pelo Sindicato dos Produtores Rurais, a feira aconteceu nos dias 8 e 9 de agosto, no Parque de Exposições de Martinho Campos. Os produtores que visitaram o nosso estande, além de serem recebidos com um delicioso café, ganharam brindes rodando a roleta da sorte e ainda puderam contar com as taxas especiais da cooperativa para financiamento dos Touro P.O., à venda na feira.



REEL COMPARTILHADO EM AGO. 19, 2...
DE @SICOOB CREDIMAC

Escaneie o QR Code
acima e assista o
vídeo do evento.



Feirão de veículos

Realizado em parceria com a MCV Veículos, o feirão aconteceu nos dias 26 e 27 de abril, na Praça Governador Valadares, em Martinho Campos. Na oportunidade, a Cooperativa esteve presente oferecendo linhas de crédito especiais e consórcio para a compra de veículos, novos e/ou usados.





Ações de Endomarketing

ESTRATÉGIA DE ENGAJAMENTO DO TIME SICOOB CREDIMAC



Manter os colaboradores engajados, produtivos e comprometidos com os objetivos da Cooperativa é primordial para o alcance dos bons resultados. Para isso, utilizamos do endomarketing, um conjunto de ações voltadas para valorizar os colaboradores, gerando um ambiente de trabalho mais acolhedor e leve.

As ações foram realizadas pelos setores de

Comunicação e Marketing e pelo Departamento Pessoal, confira:

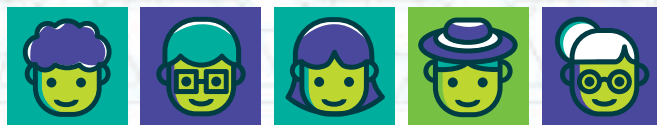
Comemoração de Aniversariantes do Mês, Retorno de Férias, Dia da Mulher, Dia das Mães, Dia dos Pais, Páscoa, Dia do Trabalhador, Palestra Interna "Setembro Amarelo", Palestra Interna "Outubro Rosa", Dia das Crianças, Dia da Fruta (realização mensal) e Confraternização de Final de Ano.







VALORIZAÇÃO DOS COOPERADOS DO SICOOB CREDIMAC



No Sicoob Credimac, a valorização dos nossos cooperados é uma prioridade constante. Acreditamos que o sucesso da nossa cooperativa está diretamente ligado ao bem-estar e ao crescimento de cada um dos nossos membros.

Por isso, estamos sempre presentes em momentos importantes, como visitas regulares, inaugurações e reinaugurações de empreendimentos e eventos especiais como o Junino Day.

VISITAS REGULARES

Realizamos visitas periódicas aos nossos cooperados para entender suas necessidades e oferecer suporte personalizado. Essas visitas são uma oportunidade para fortalecer nossos laços e garantir que todos se sintam parte integrante da nossa comunidade.





INAUGURAÇÕES E REINAUGURAÇÕES

Estamos presentes nas inaugurações e reinaugurações de empreendimentos dos nossos cooperados. Celebrar essas conquistas juntos é uma forma de reconhecer o esforço e a dedicação de cada um, além de reforçar nosso compromisso com o desenvolvimento local.





Equipe de Ibitira

O Junino Day é uma celebração que valoriza as tradições culturais e fortalece os laços entre os cooperados do Sicoob Credimac. Com muita animação, o evento proporciona momentos de lazer e confraternização, resgatando o espírito

alegre e acolhedor das festas juninas. Essa iniciativa reforça o compromisso da cooperativa em promover a integração e a valorização da cultura local, criando memórias especiais para todos os participantes.



Equipe de Martinho Campos



VISITAS PARA HOMENAGEAR OS COOPERADOS

As visitas em homenagem a cooperados são uma forma especial de reconhecimento e gratidão do Sicoob Credimac. Em datas importantes, a cooperativa surpreende seus associados com momentos de carinho e apreço, fortalecendo o espírito de cooperação e união. Essas ações demonstram o compromisso em não apenas oferecer serviços financeiros justos, mas também cultivar relacionamentos significativos, tornando cada celebração única e memorável.



Visita pelo Dia do Queijo

Visita pelo Dia do Artesão



Visita pelo Dia do Veterinário



O SICOOB CREDIMAC ATENTO ÀS PRÁTICAS ESG



Atento às práticas de sustentabilidade, o Sicoob Credimac realizou a doação dos uniformes antigos de seus colaboradores à ASSOCIAÇÃO MÃOS QUE OFERECEM ROSAS. Foram doadas 276 peças, que serão utilizadas em oficinas de costura, realizadas pela associação.

Essa iniciativa é uma forma consciente de descarte das peças, que serão reaproveitadas, minimizando os impactos ao meio ambiente.

O ESG também está no DNA do Sicoob Credimac

O termo ESG surgiu pela primeira vez em um relatório de 2004, da Organização das Nações Unidas (ONU), chamado “Who Cares Wins” (Ganha quem se importa). ESG (*Environmental, Social, and Governance*) é um compromisso que vai além do

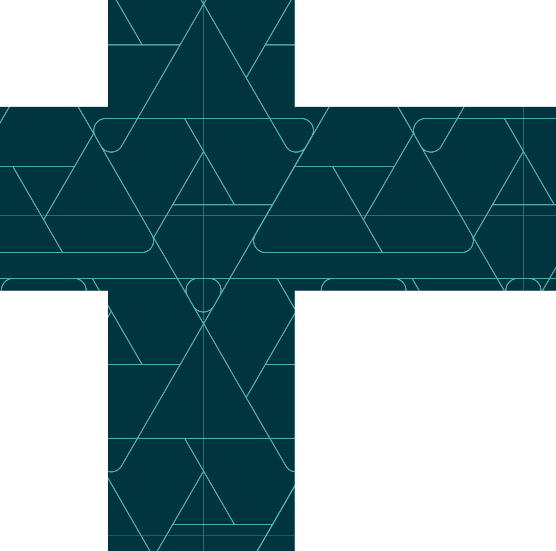
discurso. São ações concretas que alinham sustentabilidade, responsabilidade social e transparência.

Vantagens

Adotar práticas ESG traz benefícios como:

- ✓ Maior confiança dos cooperados.
- ✓ Redução de custos com gestão consciente.
- ✓ Impacto positivo na comunidade e no meio ambiente.
- ✓ Equipes mais engajadas e produtivas.

O Sicoob Credimac acredita que cooperar é transformar. E cada ação, por menor que pareça, contribui para um mundo mais justo e sustentável.



APLICATIVOS DO SICOOB



Sicoob

Abra sua conta e faça parte em poucos passos. Realize transações financeiras, consulte e contrate produtos com agilidade e segurança. Encontre os pontos de atendimento mais próximos por geolocalização.



Sicoobcard

Dê adeus às papeladas, burocracias e horas ao telefone. Baixe o App Sicoobcard e tenha a gestão das compras realizadas com o seu cartão de crédito na palma da mão.



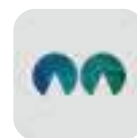
Sicoob Poupança

Acesse sua poupança do Sicoob em um aplicativo criado para facilitar sua gestão. Confira seu saldo, faça investimentos, pague e receba usando o Pix, e muito mais.



Coopera

Aproveite um mundo de vantagens: a cada compra usando o seu Sicoobcard, você acumula pontos para trocar por mais de 10 mil opções de produtos, viajar, pagar contas e muito mais.



Sicoob Moob

O Sicoob Moob é o aplicativo do Sicoob que facilita e incentiva o contato entre o cooperado e sua cooperativa. Com ele, é possível ter acesso aos principais dados da instituição, receber e gerenciar convites para eventos, negociar bens publicados e muito mais.



Sicoob Mapas

Calcule facilmente as áreas para financiamento do seu agronegócio.



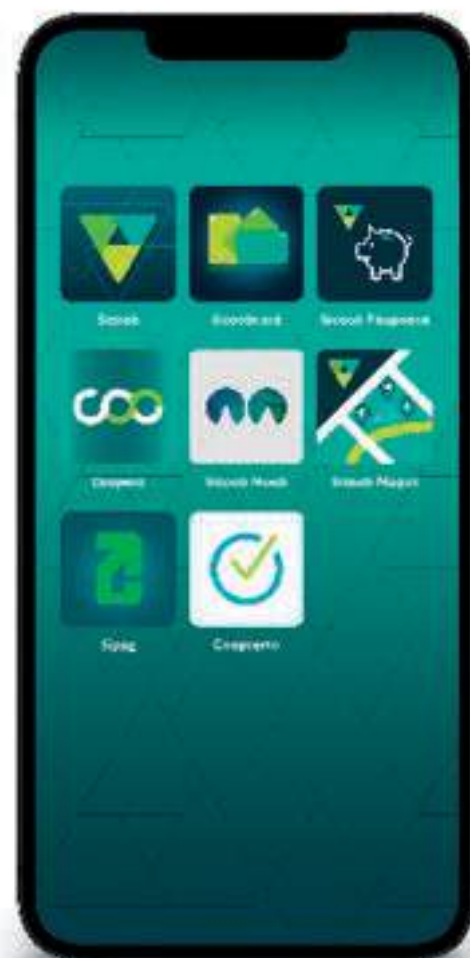
Sipag

Gerencie seu negócio direto pelo celular e tenha acesso rápido a diversas funcionalidades que facilitam o seu dia a dia.



Coopcerto

Consulte seu saldo e extrato e conheça a rede de aceitação no aplicativo oficial dos cartões Coopcerto.





RELATÓRIOS E NOTAS EXPLICATIVAS



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Bem-vindos, cooperados e comunidade.

Seguindo o princípio da informação e prezando pelo valor da transparência, apresentamos neste documento as Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2024 da cooperativa financeira SICOOB CREDIMAC.

Aqui você também vai conhecer um pouco mais sobre a cooperativa e os resultados que alcançamos juntos no período. Esperamos que aprecie o conteúdo e descubra em nossos números a força do cooperativismo financeiro.

Boa leitura!

1. Contexto Sicoob

Formado por centenas de cooperativas financeiras espalhadas por todo o Brasil e presente em cerca de 2.405 mil municípios, o Sicoob é um dos maiores sistemas financeiros do país. Juntas, as cooperativas somam mais de 8,3 milhões de cooperados que constroem juntos um mundo com mais cooperação, pertencimento, responsabilidade social e justiça financeira.

2. Sustentabilidade

Visando estruturar um ambiente de sustentabilidade sistêmica que integre as práticas sociais, ambientais e de governança (ESG) ao modelo de negócios do Sicoob, todas as organizações do Sistema estão se mobilizando em torno do Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável.

Para traduzir aos cooperados e às comunidades os nossos compromissos, contamos com um Plano de Sustentabilidade, Agenda e Relatório de Sustentabilidade, alinhados ao nosso plano estratégico e aderente as diretrizes do Banco Central do Brasil voltadas à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática. Quer saber mais? Acesse www.sicoob.com.br/sustentabilidade.

3. Nossa cooperativa

O SICOOB CREDIMAC é uma instituição financeira cooperativa voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados, que, além de contar com um portfólio completo de produtos e serviços financeiros, têm participação nos resultados financeiros e contribuem para o desenvolvimento socioeconômico sustentável de suas comunidades.

4. Política de Crédito

Nossa atuação dá-se principalmente por meio da concessão de empréstimos e captação de depósitos. Concessão essa que é realizada para cooperados após prévia análise, respeitando limites de alçadas pré-estabelecidos que devem ser observados e cumpridos. Realizamos, ainda, consultas cadastrais e análises através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

Nossa política de classificação de risco de crédito está de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 78,93% nos níveis de "AA" a "C".

5. Governança Corporativa

A participação nas decisões é um valor que permeia nosso negócio, por isso cada cooperado e/ou delegado tem direito a voto nas assembleias. Entre as decisões, está a eleição do Conselho de Administração, que é responsável pelas decisões estratégicas.

Os atos da administração da cooperativa, bem como a validação de seus balancetes mensais e do balanço patrimonial anual, são realizados pelo Conselho Fiscal que, também eleito em Assembleia, é responsável por verificar esses assuntos de forma sistemática. Ele atua de forma complementar ao Conselho de Administração. Neste mesmo sentido, a gestão dos negócios da cooperativa no dia a dia é realizada pela Diretoria Executiva.

A cooperativa possui profissional(is) designado(s) na função Agente de Controles Internos, supervisionado(s) diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos. O objetivo é acompanhar a aderência aos normativos vigentes, sejam eles internos e/ou sistêmicos (SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a cooperativa adota ferramentas de gestão como o Manual de Crédito, que foi aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela central.

Além do Estatuto Social, seguimos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento Interno da Diretoria Executiva, o Regimento do Conselho Fiscal e o Regulamento Eleitoral.

A cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais. Além disso, os integrantes da nossa cooperativa estão em harmonia com o Pacto de Ética e de Conduta Profissional propostos pelo Sicoob Confederação.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6. Sistema de Ouvidoria

É um canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes, em que são atendidas manifestações sobre nossos produtos.

No exercício de 2024, o SICOOB CREDIMAC registrou o total de 2 manifestações. Das reclamações, 1 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos regulamentares, conforme legislação vigente.

7. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito

O FGCoop é uma associação civil sem fins lucrativos criada para tornar as cooperativas financeiras tão competitivas quanto os bancos comerciais e proteger as pessoas que depositam sua confiança em cooperativas financeiras regulamentadas. Ele assegura que o cooperado receba seu dinheiro de volta nos casos de eventual intervenção ou liquidação da cooperativa financeira pelo Banco Central do Brasil, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais) por CPF ou CNPJ.

De acordo com o artigo 3º da Resolução CMN nº 4.933, de 29/7/2021, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

8. Demonstrações dos Resultados da Cooperativa

Data-base: 31 de dezembro de 2024.

Unidade de apresentação: Em reais.

Resultados Financeiros do Período	% de Variação	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Sobras do Exercício – antes do Juros ao Capital	-10,32%	2.138.734,54	4.106.303,86	4.578.607,47

Número de Cooperados	% de Variação	31/12/2024	31/12/2023
Total	3,29%	4.770	4.618



Carteira de Crédito	% de Variação	31/12/2024	31/12/2023
Carteira Rural	30,77%	15.130.192,34	11.570.071,10
Carteira Comercial	13,27%	57.342.741,54	50.625.266,71
Total	16,52%	72.472.933,88	62.195.337,81

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2024 o percentual de 26,18% da carteira, no montante de R\$ 19.079.190,97.

Captações	% de Variação	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos à vista	9,37%	25.537.261,87	23.349.197,10
Depósitos sob aviso	-93,92%	5.363,57	88.263,75
Depósitos a prazo	12,84%	61.178.464,50	54.217.948,50
LCA	21,09%	10.015.981,77	8.271.781,53
Total	12,58%	96.737.071,71	85.927.190,88

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2024 o percentual de 28,05% da captação, no montante de R\$ 26.633.792,67.

Patrimônio de Referência	% de Variação	31/12/2024	31/12/2023
Total	16,75%	26.778.530,80	22.935.971,49

9. Agradecimentos

Agradecemos aos nossos cooperados pela preferência e confiança e aos empregados pela dedicação.

Conselho de Administração e Diretoria.

MARTINHO CAMPOS (MG), 31 de dezembro de 2024.

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIMAC LTDA. – SICOOB CREDIMAC
BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

		Em Reais	
Descrição	Notas	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO		138.087.216,14	122.021.868,09
DISPONIBILIDADES	4	957.975,00	653.449,73
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		134.036.761,19	115.791.323,57
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	2.620.062,93	4.228.096,97
Títulos e Valores Mobiliários	6	3.187.093,75	2.596.006,01
Relações Interfinanceiras	4	53.559.987,82	44.857.133,11
Centralização Financeira		53.559.987,82	44.857.133,11
Operações de Crédito	7	72.472.933,88	62.195.337,81
Outros Ativos Financeiros	8	2.196.682,81	1.914.749,67
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(4.762.192,88)	(2.793.187,02)
(-) Operações de Crédito	7.b	(4.430.274,24)	(2.657.073,48)
(-) Outras	8.1	(331.918,64)	(136.113,54)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	9	69.674,75	65.707,95
OUTROS ATIVOS	10	340.611,29	289.592,30
IMOBILIZADO DE USO	11	10.382.875,06	10.123.122,10
INTANGÍVEL	12	23.455,51	23.455,51
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	11 e 12	(2.961.943,78)	(2.131.596,05)
TOTAL DO ATIVO		138.087.216,14	122.021.868,09
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		138.087.216,14	122.021.868,09
DEPÓSITOS	13	86.721.089,94	77.655.409,35
Depósitos à Vista		25.537.261,87	23.349.197,10
Depósitos Sob Aviso		5.363,57	88.263,75
Depósitos a Prazo		61.178.464,50	54.217.948,50
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		19.098.213,81	16.141.198,70
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	14	10.015.981,77	8.271.781,53
Relações Interfinanceiras	15	9.045.285,37	7.836.025,66
Repasses Interfinanceiros		9.045.285,37	7.836.025,66
Outros Passivos Financeiros	16	36.946,67	33.391,51
PROVISÕES	17	1.395.271,83	1.479.154,28
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	18	216.857,44	218.627,97
OUTROS PASSIVOS	19	2.175.637,35	2.022.989,76
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		28.480.145,77	24.504.488,03
CAPITAL SOCIAL	20	12.389.676,05	10.855.341,43
RESERVAS DE SOBRAS		14.781.193,10	12.059.595,11
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	20.d	1.309.276,62	1.589.551,49
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		138.087.216,14	122.021.868,09

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIMAC LTDA. – SICOOB CREDIMAC
DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

Em Reais				
Descrição	Notas	2º Sem. 2024	31/12/2024	31/12/2023
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		9.878.044,76	18.946.202,78	17.675.313,01
Operações de Crédito	22	6.970.128,08	13.485.179,28	11.684.934,79
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	4.a	2.696.442,52	4.934.768,41	5.522.313,61
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	211.474,16	526.255,09	468.064,61
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	23	(5.412.736,43)	(10.066.551,41)	(8.644.806,01)
Operações de Captação no Mercado	13.d	(3.494.771,75)	(6.645.490,49)	(7.552.231,68)
Operações de Empréstimos e Repasses	15.b	(338.399,69)	(657.236,40)	(471.100,62)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(1.579.564,99)	(2.763.824,52)	(621.473,71)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		4.465.308,33	8.879.651,37	9.030.507,00
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(2.181.530,11)	(4.232.181,56)	(3.954.730,15)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	24	1.586.792,52	3.132.985,21	2.494.464,02
Rendas de Tarifas	25	542.358,14	1.128.557,21	955.077,71
Dispêndios e Despesas de Pessoal	26	(2.364.350,19)	(4.589.940,11)	(4.124.061,05)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	27	(2.070.100,34)	(4.083.735,66)	(3.644.593,23)
Dispêndios e Despesas Tributárias	28	(77.619,36)	(159.736,70)	(155.731,95)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	29	943.817,39	1.713.792,06	1.439.779,71
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	30	(742.428,27)	(1.374.103,57)	(919.665,36)
PROVISÕES	31	(37.057,26)	(109.147,39)	(306.318,76)
Provisões/Reversões para Contingências		(29.915,46)	(140.276,52)	(140.191,09)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(7.141,80)	31.129,13	(166.127,67)
RESULTADO OPERACIONAL		2.246.720,96	4.538.322,42	4.769.458,09
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	32	3.636,00	773,88	(18.796,01)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		2.250.356,96	4.539.096,30	4.750.662,08
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(63.622,42)	(192.131,38)	(117.613,38)
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		(37.281,13)	(112.554,55)	(66.465,63)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		(26.341,29)	(79.576,83)	(51.147,75)
PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS		(48.000,00)	(240.661,06)	(54.441,23)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		2.138.734,54	4.106.303,86	4.578.607,47

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIMAC LTDA. – SICOOB CREDIMAC
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA
OS EXERCÍCIOS FINDOS EM DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

Em Reais

EVENTOS	Notas	CAPITAL		Reserva Legal	Reservas para Contingências	Sobras ou Perdas Acumuladas	TOTAIS
		Capital Subscrito	Capital a Realizar				
Saldos em 31/12/2022		9.526.602,40	-17.475,00	9.726.624,66	0,00	961.284,54	20.197.036,60
Destinações das Sobras do Exercício							
Anterior:							
Constituição de Reservas		0,00	0,00	384.513,82	0,00	-384.513,82	0,00
Distribuição de sobras para associados		289.126,15	0,00	0,00	0,00	-576.770,72	-287.644,57
Outros Eventos/Reservas		0,00	0,00	9.760,05	0,00	0,00	9.760,05
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		586.609,49	-80.097,53	0,00	0,00	0,00	506.511,96
Por Devolução (-)		-471.597,22	0,00	0,00	0,00	0,00	-471.597,22
Estorno de Capital		-1.653,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.653,00
Reversão/Realização de Fundos		0,00	0,00	0,00	0,00	179.590,33	179.590,33
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	4.578.607,47	4.578.607,47
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:							
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	-1.053.704,59	-1.053.704,59
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		1.023.826,14	0,00	0,00	0,00	0,00	1.023.826,14
Destinações das Sobras do Período:							
Fundo de Reserva		0,00	0,00	1.762.451,44	0,00	-1.762.451,44	0,00
Outras Destinações das Sobras do Período		0,00	0,00	0,00	176.245,14	-176.245,14	0,00
FATES – Atos Cooperativos		0,00	0,00	0,00	0,00	-176.245,14	-176.245,14
Saldos em 31/12/2023		10.952.913,96	-97.572,53	11.883.349,97	176.245,14	1.589.551,49	24.504.488,03
Saldos em 31/12/2023		10.952.913,96	-97.572,53	11.883.349,97	176.245,14	1.589.551,49	24.504.488,03
Destinações das Sobras do Exercício							
Anterior:							
Constituição de Reservas		0,00	0,00	635.820,59	0,00	-635.820,59	0,00
Distribuição de sobras para associados		476.246,46	0,00	0,00	0,00	-1.064.290,70	-588.044,24
Outros Eventos/Reservas		0,00	0,00	285.522,03	0,00	0,00	285.522,03
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		624.829,26	-247,32	0,00	0,00	0,00	624.581,94
Por Devolução (-)		-560.011,24	0,00	0,00	0,00	0,00	-560.011,24
Reversão/Realização de Fundos		0,00	0,00	0,00	0,00	293.984,14	293.984,14
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	4.106.303,86	4.106.303,86
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:							
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	-1.016.536,63	-1.016.536,63
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		993.517,46	0,00	0,00	0,00	0,00	993.517,46
Destinações das Sobras do Período:							
Fundo de Reserva		0,00	0,00	1.636.595,79	0,00	-1.636.595,79	0,00
Outras Destinações das Sobras do Período		0,00	0,00	0,00	163.659,58	-163.659,58	0,00
FATES – Atos Cooperativos		0,00	0,00	0,00	0,00	-163.659,58	-163.659,58
Saldos em 31/12/2024		12.487.495,90	-97.819,85	14.441.288,38	339.904,72	1.309.276,62	28.480.145,77



COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIMAC LTDA. – SICOOB CREDIMAC
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA
OS EXERCÍCIOS FINDOS EM DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

Continuação

Em Reais

EVENTOS	Notas	CAPITAL		Reserva Legal	Reservas para Contingências	Sobras ou Perdas Acumuladas	TOTAIS
		Capital Subscrito	Capital a Realizar				
Saldos em 30/06/2024		11.331.482,24	-123.046,11	12.519.170,56	176.245,14	1.486.650,47	25.390.502,30
Destinações das Sobras do Exercício							
Anterior:							
Distribuição de sobras para associados		0,00	0,00	0,00	0,00	-110.559,80	-110.559,80
Outros Eventos/Reservas		0,00	0,00	285.522,03	0,00	0,00	285.522,03
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		382.625,04	25.226,26	0,00	0,00	0,00	407.851,30
Por Devolução (-)		-220.128,84	0,00	0,00	0,00	0,00	-220.128,84
Reversão/Realização de Fundos		0,00	0,00	0,00	0,00	293.984,14	293.984,14
Sobras ou Perdas do Período Antes das		0,00	0,00	0,00	0,00	2.138.734,54	2.138.734,54
Destinações e dos Juros ao Capital							
Remuneração de Juros sobre o Capital							
Próprio:							
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	-535.617,78	-535.617,78
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		993.517,46	0,00	0,00	0,00	0,00	993.517,46
Destinações das Sobras do Período:							
Fundo de Reserva		0,00	0,00	1.636.595,79	0,00	-1.636.595,79	0,00
Outras Destinações das Sobras do Período		0,00	0,00	0,00	163.659,58	-163.659,58	0,00
FATES – Atos Cooperativos		0,00	0,00	0,00	0,00	-163.659,58	-163.659,58
Saldos em 31/12/2024		12.487.495,90	-97.819,85	14.441.288,38	339.904,72	1.309.276,62	28.480.145,77

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIMAC LTDA. – SICOOB CREDIMAC
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

Em Reais

Descrição	Notas	2º Sem. 2024	31/12/2024	31/12/2023
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		2.250.356,96	4.539.096,30	4.750.662,08
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos – Invest. Aval. Custo	29	(290.375,62)	(290.375,62)	(293.171,12)
Distribuição de Sobras e Dividendos – Invest. Aval. Custo		-	(29.817,98)	(73.671,75)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	23 31	1.579.564,99	2.763.824,52	621.473,71
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	31	7.141,80	(31.129,13)	166.127,67
Provisões/Reversões para Contingências	29	29.915,46	140.276,52	140.191,09
Atualização de Depósitos em Garantia	27	(19.459,23)	(111.669,58)	(122.624,11)
Depreciações e Amortizações		425.537,12	845.575,03	785.215,02
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		3.982.681,48	7.825.780,06	5.974.202,59
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais				
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		2.816.564,71	1.608.034,04	(4.228.096,97)
Relações Interfinanceiras		8.464,18	(19,00)	-

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIMAC LTDA. – SICOOB CREDIMAC
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

Continuação					Em Reais
	Descrição	Notas	2º Sem. 2024	31/12/2024	31/12/2023
	Operações de Crédito		(1.639.074,35)	(10.920.796,06)	(4.817.230,87)
	Outros Ativos Financeiros		(366.681,29)	(321.863,23)	(208.184,70)
	Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		1.773,42	(3.966,80)	(3.907,54)
	Outros Ativos		224.213,47	(51.018,99)	141.877,51
	Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais				
	Depósitos à Vista		2.337.574,34	2.188.064,77	3.509.388,99
	Depósitos sob Aviso		271,73	(82.900,18)	(22.426,33)
	Depósitos a Prazo		1.628.009,46	6.960.516,00	2.715.419,47
	Recursos de Aceite e Emissão de Títulos		974.552,40	1.744.200,24	1.880.562,93
	Relações Interfinanceiras		422.488,56	1.209.259,71	762.439,16
	Outros Passivos Financeiros		(44.405,03)	3.555,16	(11.775,47)
	Provisões		499,49	(193.029,84)	(369,26)
	Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		51.235,72	(1.770,53)	(10.811,31)
	Outros Passivos		(1.181.910,10)	(1.104.550,10)	(1.114.006,81)
	FATES – Atos Cooperativos		(163.659,58)	(163.659,58)	(176.245,14)
	Reversão/Realização de Fundos		293.984,14	293.984,14	179.590,33
	Imposto de Renda Pago		(84.643,45)	(112.554,55)	(66.465,63)
	Contribuição Social Pago		(58.854,20)	(79.576,83)	(51.147,75)
	CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		9.203.085,10	8.797.688,43	4.452.813,20
	Atividades de Investimentos				
	Distribuição de Dividendos Recebidos – Invest. Aval. Custo		–	10.200,86	8.230,08
	Distribuição de Sobras da Central Recebidos – Invest. Aval. Custo		–	19.617,12	65.441,67
	Juros sobre o Capital Próprio Recebidos – Invest. Aval. Custo		290.375,62	290.375,62	293.171,12
	Aquisição de Imobilizado de Uso		(253.168,66)	(274.980,26)	(239.471,56)
	Aquisição de Investimentos		(561.283,11)	(591.087,74)	(396.852,96)
	CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(524.076,15)	(545.874,40)	(269.481,65)
	Atividades de Financiamentos				
	Aumento por novos aportes de Capital		407.851,30	624.581,94	506.511,96
	Devolução de Capital aos Cooperados		(220.128,84)	(560.011,24)	(471.597,22)
	Estorno de Capital		–	–	(1.653,00)
	Distribuição de Sobras Para Associados Pago		(110.559,80)	(588.044,24)	(287.644,57)
	Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		993.517,46	993.517,46	1.023.826,14
	Outros Eventos/Reservas		285.522,03	285.522,03	9.760,05
	CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		1.356.202,15	755.565,95	779.203,36
	AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		10.035.211,10	9.007.379,98	4.962.534,91
	Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa				
	Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	4	44.482.751,72	45.510.582,84	40.548.047,93
	Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	4	54.517.962,82	54.517.962,82	45.510.582,84
	Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		10.035.211,10	9.007.379,98	4.962.534,91

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIMAC LTDA. – SICOOB CREDIMAC
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

				Em Reais
Descrição	Notas	2º Sem. 2024	31/12/2024	31/12/2023
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		2.138.734,54	4.106.303,86	4.578.607,47
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		2.138.734,54	4.106.303,86	4.578.607,47

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIMAC LTDA. – SICOOB CREDIMAC
C.N.P.J. 64.480.833/0001-80

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em reais, exceto quando especificado)

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIMAC LTDA – SICOOB CREDIMAC, doravante denominado SICOOB CREDIMAC, é uma Cooperativa de Crédito Singular, instituição financeira não bancária, fundada em 12/11/1992, filiada à COOPERATIVA CENTRAL CRÉDITO DE MINAS GERAIS LTDA – SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e componente do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob, em conjunto com outras Cooperativas Singulares e Centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias; pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, alterada pela Lei Complementar nº 196/2022, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo; pela Resolução CMN nº 4.970/2021 e 5.051/2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.131/2024, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de Cooperativas de Crédito e sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica.

O SICOOB CREDIMAC, sediado à PRAÇA GOVERNADOR VALADARES, Nº 142, CENTRO, MARTINHO CAMPOS – MG, possui: 1 Postos de Atendimento (Pas), 0 Postos de Atendimentos Eletrônicos nas seguintes localidades: MARTINHO CAMPOS – MG, e 1 Posto de Atendimento Digital.

O SICOOB CREDIMAC tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

- (i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB. Foram observadas: as diretrizes emanadas pela Lei nº 6.404/1976, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007, 11.941/2009 e 13.818/2019; as instruções constantes nas Normas Brasileiras de Contabilidade (especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas); as orientações concedidas pela Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e pelas Leis Complementares nº 130/2009 e 196/2022; e normas emanadas pelo Banco Central do Brasil – BCB e Conselho Monetário Nacional – CMN, consolidadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, consonante à Resolução CMN nº 4.818/2020, alterada pela Resolução nº 5.185/2024, Resolução CMN nº 4.924/2021, alteradas pela Resolução CMN nº 5.116/2024 e Resolução CMN nº 5.185/2024, Resolução BCB nº 2/2020, alterada pela Resolução BCB nº 367/2024.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e sua aprovação foi concedida em **31/03/2025**.

b) Convergência às normas internacionais de contabilidade.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade. O CMN e o Bacen aprovaram os seguintes pronunciamentos:

Pronunciamentos CPC	Resolução CMN
CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 04 (R1) – Ativo Intangível	Resolução CMN nº 4.534/2016
CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações	Resolução CMN nº 3.989/2011
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 24 – Evento Subsequente	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Resolução CMN nº 3.823/2009
CPC 27 – Ativo Imobilizado	Resolução CMN nº 4.535/2016
CPC 28 – Propriedade para investimento	Resolução CMN nº 4.967/2021
CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados	Resolução CMN nº 4.877/2020
CPC 41 – Resultado por Ação	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 46 – Mensuração do Valor Justo	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente	Resolução CMN nº 4.924/2021

c) Moeda Funcional e apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Cooperativa. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o período de 2024:

Instrução Normativa BCB 447 de 04 de janeiro de 2024: Altera a Instrução Normativa BCB nº 268, de 1º de abril de 2022, para criar rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif).

Instrução Normativa BCB 459 de 26 de março de 2024: Altera as Instruções Normativas BCB ns. 268, 270, 271, 273 e 275, todas de 1º de abril de 2022, e a Instrução Normativa BCB nº 315, de 27 de outubro de 2022, para criar e alterar rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif).



b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros:

A Resolução CMN n.º 4.966/2021, e alterações posteriores promovidas pelas Resoluções CMN nº 5.019/2022; 5.100/2022 e 5.146/2024 e a Resolução BCB 352/2023 que, estabelecem os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025 aos instrumentos financeiros quanto os seguintes aspectos: i) a classificação dos instrumentos financeiros em modelos de negócios e análise das características contratuais de fluxos de caixa; ii) taxa efetiva de juros das operações; iii) constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; iii) ativo problemático e stop accrual; iv) divulgações e evidenciações em notas explicativas no que se referem aos aspectos de metodologias assim como as diretrizes para o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) por instituições financeiras e outras entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), aplicável a partir de 1º de janeiro de 2027. O objetivo também é reduzir as disparidades entre as normas contábeis do COSIF e os padrões internacionais (IFRS).

Diante da complexidade das Resoluções, aliado ao impacto contábil decorrente da revogação de 19 normativos, em especial, a Resolução CMN nº 2.682/1999 que dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, o Projeto de implementação das novas normas foi feito no Sicoob de forma centralizada e conduzida pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS). Este Projeto foi dividido em etapas de modo a realizar uma transição mais eficiente. Dessa forma, o ponto de partida da Instituição foi analisar e identificar os pontos de assimetria com as normas e políticas vigentes até 31 de dezembro de 2024, considerando os impactos decorrentes das modificações necessárias em âmbitos tecnológico, redesenho de processos, identificação de papéis e responsabilidades, gestão do processo e determinação de prazos para adequação dos planos de ação elaborados em 2022. A seguir, destacamos as etapas do Projeto no Sicoob:

Etapas 1 – Avaliação (2022): Englobou atividades de diagnóstico para o entendimento das principais alterações contábeis originadas pela Resolução, o mapeamento dos principais sistemas impactados, a elaboração de matriz com o detalhamento dos planos de ações identificados e estabelecimento de cronograma com as respectivas designações de responsáveis. Para essa fase foi contratada consultoria especializada para auxiliar no processo de avaliação;

Etapas 2 – Desenho (2023): Essa fase abrange as atividades de especificações das alterações sistêmicas necessárias, a definição de arquitetura sistêmica, desenho de estratégia de transição, novos processos e políticas;

Etapas 3 – Desenvolvimento (2023/2024): Compreende as atividades dos novos desenvolvimentos sistêmicos, metodologias de cálculos (por exemplo: método da taxa de juros efetiva, modelos de perdas esperadas dos instrumentos financeiros), elaboração de “De x Para” do novo plano de contas e alterações em roteiros contábeis.

Etapas 4 – Testes e Homologações (2024): Engloba a fase dos testes das alterações sistêmicas (em ambiente de homologação) e a implantação dos desenvolvimentos sistêmicos testados;

Etapas 5 – Atividades de transição (2024): Definição do novo modelo de divulgação, apuração do balanço de abertura e cálculo dos impactos da adoção inicial além de atividades de treinamentos, paralelismo de alguns desenvolvimentos sistêmicos prontos e novos processos;

Etapas 6 – Adoção inicial (1º. de janeiro de 2025): Adoção efetiva da Resolução CMN 4.966/2021 e análise dos impactos estimados sobre o resultado e posição financeira da Instituição com a implementação da regulação contábil estabelecida na Resolução CMN nº 4.966/2021.

Dentre as atividades da Etapa 6, a instituição realizou no decorrer do segundo semestre de 2024, simulações de impacto para obter uma melhor compreensão do efeito potencial da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021 nos saldos contábeis de patrimônio e resultado por meio das simulações de perdas esperadas.

c) Efeitos da aplicação das Resoluções CMN n.º 4.966/2021 e BCB n.º 352/2023 no Sicoob:

Destacamos a seguir, os principais aspectos da norma com impacto em divulgações e sobre o ajuste no patrimônio líquido:

– **Classificação em modelos de negócios:** Conforme requerido pela norma, foram aprovadas pelos órgãos de governança, as Políticas de Modelos de Negócios aplicáveis a todas as entidades sistêmicas. Neste sentido, o Sicoob classificou os ativos objeto de gestão financeira nos seguintes modelos e respectivas mensurações contábeis:

• **Modelo de Negócio 1:** Manter os ativos para recebimento de fluxos de caixa contratuais;

Mensuração contábil e reconhecimento: Custo amortizado com os efeitos reconhecidos no resultado do período;

• **Modelo de Negócio 2:** Gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do Ativo Financeiro

Mensuração contábil e reconhecimento: Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) com os efeitos dos juros da operação reconhecidos no resultado do período e os ajustes decorrentes da marcação a mercado (MtM) no patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários);

• **Modelo de Negócio 3:** Outros modelos de negócios.

Mensuração contábil e reconhecimento: Valor justo por meio do resultado (VJR) com os efeitos reconhecidos no resultado do período;

As remensurações dos ativos financeiros foram avaliadas pela administração considerando as definições nos modelos de negócios e Teste de SPPJ para os instrumentos classificados nos modelos de negócios 2 e 3, previstos no art. 4º da Resolução CMN nº 4.966/2021, e da Resolução BCB nº 352/2023, como resultado, não foram identificados impactos relevantes decorrentes da exigência normativa.

– **Taxa de juros efetiva da operação (TJEO):** o Sicoob, conforme estabelece a Resolução CMN n.º 4.966/2021, adotará de forma prospectiva a TJEO e passa a considerar os custos e receitas originados nas novas transações e que sejam qualificáveis para a aplicação da metodologia da taxa efetiva de juros para as novas operações, a partir de 1º de janeiro de 2025. Desta forma, estes custos e receitas serão incorporados aos saldos contábeis brutos das transações e reconhecidos no resultado.

– **Suspensão dos juros (stop accrual):** de acordo com a Resolução CMN n.º 4.966/2021, a suspensão de juros de um contrato deve ocorrer quando o ativo for marcado com problemas de recuperação (caracterização do ativo problemático) ou quando ocorrer atraso superior a 90 (noventa dias), diferentemente do que estabelecia a Resolução CMN n.º 2.682/1999, cujo parâmetro para suspensão dos juros era apenas para as operações que apresentassem atrasos superiores a 59 (cinquenta e nove dias).

Conforme diretrizes constantes no Comunicado BCB nº 42.403/2024, a Instituição adotou na carteira de crédito, o ajuste da posição de suspensão de juros (stop accrual) realizado nas operações em 31 de dezembro de 2024, mas que não atendam à condição de ativos problemáticos.

– **Alocação em estágios:** dadas as exigências normativas todos os ativos financeiros do Sicoob deverão ser alocados em estágio conforme descrito a seguir:

- **Estágio 1:** ativos financeiros que no reconhecimento inicial não apresentam problemas de recuperação de crédito, ou seja, não foram caracterizados como ativos problemáticos nem houve aumento significativo do risco de crédito;
- **Estágio 2:** ativos financeiros que aumentaram significativamente o risco de crédito em relação ao apurado na alocação de origem da operação no Estágio 1 ou ativos financeiros que deixaram de ser caracterizados como ativo com recuperação de crédito;
- **Estágio 3:** ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito.

– **Perdas esperadas (PE):** A partir das simulações efetuadas no Sicoob, observamos um incremento no valor da perda esperadas (PE) associadas ao risco de crédito, tal efeito principalmente oriundo da transição da metodologia de estimação de perda esperada. Portanto, os valores de perdas esperadas para os ativos financeiros consideraram os potenciais efeitos decorrentes dos pisos mínimos e/ou da aplicação dos modelos internos elaborados pela área de modelagem de riscos do Sicoob.

Acerca dos efeitos supracitados, segundo melhores estimativas, a administração avaliou como efeito decorrente do cálculo de perda esperada exigido pela Resolução CMN n.º 4.966/2021, um acréscimo no provisionamento no valor **aproximado de R\$ 2.612.787,38, correspondente a 9,17%** sobre o patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais. Os ajustes serão contabilizados em 1º de janeiro de 2025 em conta destacada no patrimônio líquido.

– **Baixa para prejuízo de ativos financeiros (desreconhecimento/Write-Off):** O ativo financeiro deverá ser baixado para prejuízo quando não seja provável que a instituição recupere o seu valor. Isto é, quando a recuperação seja remota. Os critérios devem estabelecidos para a baixa dos ativos financeiros devem ser consistentes e passíveis de verificação.



– **Hierarquia de valor justo:** os instrumentos financeiros do Sicoob serão categorizados conforme hierarquia do valor justo, descritos a seguir:

- **Nível 1:** instrumentos financeiros cujos preços cotados (não ajustados) são feitos em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos disponíveis na data da mensuração;
- **Nível 2:** instrumentos financeiros cujos preços incluem informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente. Neste caso, os ativos são precificados internamente pois não há mercado que os precifique.
- **Nível 3:** instrumentos financeiros para os quais não há mercado ativo e tampouco informações observáveis para tal.

– **Efeitos tributários Cooperativas:** em decorrência da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, para as cooperativas não há efeitos tributários a serem registrados dado que a Lei 14.467/2022 não é aplicável.

d) Outros aspectos de regulação:

Concomitante a mudança trazida pelas Resoluções já mencionadas, está a reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. O Banco Central do Brasil (BCB) reestruturou o elenco de contas do COSIF, estabelecendo novas estruturas e limitando os níveis de agregação das contas. As alterações promovidas foram publicadas pelo órgão regulador nos seguintes normativos:

i) Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: define os subgrupos contábeis do elenco de contas do COSIF;

ii) Resolução BCB nº 390, de 12 de junho de 2024: trata da utilização do Padrão Contábil (Cosif) e da estrutura do elenco de contas do COSIF;

iii) Instruções Normativas BCB nº 426 a 433 atualizadas em 05 de novembro de 2024 pelas Instruções Normativas BCB nº 537 a 544: define as rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) referentes aos grupos: (i) ativo realizável e permanente; (ii) grupos de compensação ativa e passiva; (iii) passivo exigível; (iv) patrimônio líquido; (v) resultado credor e devedor;

Os impactos da adoção dos normativos citados foram avaliados pelo Sicoob e estarão refletidos na contabilidade a partir de 1º de janeiro de 2025 quando passam a vigorar.

Em complemento, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil deverão aplicar a partir de 1º de janeiro de 2025, a Resolução CMN nº 4.975, de 16 de dezembro de 2021, e respectivas alterações posteriores da Resolução CMN nº 5.101, de 24 de agosto de 2023, que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil tanto na condição de arrendadora como arrendatária. Essa norma estabelece os requisitos para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil por instituições financeiras com base no CPC 06 (R2) – Arrendamentos. A norma é aplicável a todos os contratos de arrendamento, contudo, faculta às instituições financeiras a aplicação prospectiva conforme Artigo 2º, parágrafo 5º da referida Resolução.

Tendo como base as análises efetuadas e a faculdade prevista na Resolução, a instituição adotará a norma prospectivamente para os contratos a serem celebrados a partir 1º de janeiro de 2025, data em que passa a vigorar conforme determinação da autoridade monetária.

2.2 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2.3 Reapresentação de Informações Comparativas

No que foi praticável a reapresentação retrospectiva, de forma a manter a comparabilidade com o período anterior, conforme a aplicação do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução CMN nº 4.924, de junho de 2021), as informações financeiras relativas ao balanço patrimonial, à demonstração de sobras ou perdas, à demonstração das mutações do patrimônio líquido e à demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 2023 são reapresentadas abaixo:

O saldo constante na linha de “Reversão/Realização de Fundo” foi reclassificado na Demonstração do Fluxos de Caixa – DFC, em 2023, do grupo de “atividades de financiamentos” para “aumento/redução em passivos operacionais”. O montante envolvido foi de R\$ 179.590,33.

A reapresentação descrita não resultou na modificação do saldo da Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa da Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC apurada no exercício findo em 2023.

3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros, e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

Compõem os Títulos e Valores Mobiliários:

i) Participações de Cooperativas: registradas pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela Resolução CMN nº 4.817/2020, alterada pela Resolução CMN 5.116/2024, e na Instrução Normativa BCB nº 269 de 01/04/2022.

ii) Cédulas de Produto Rural (CPRs): títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado.

As Cédulas de Produto Rural (CPRs) são importantes fontes de financiamento para os produtores rurais, precisam ser registradas ou depositadas em instituições autorizadas pelo Banco Central (BC). É um título de crédito emitido por produtores rurais, cooperativas e associações, com a finalidade de captação de recursos para produção ou empreendimento, com aval de uma instituição financeira.

A Cédula de Produto Rural com Liquidação Financeira (CPR-F), prefixada e pós-fixada, é um título representativo de uma obrigação em dinheiro, cujo índice de apuração do débito é o valor do produto especificado na cédula mais juros pactuados.

Para realização da provisão de desvalorização da CPR são utilizadas as métricas de cálculo da Resolução CMN 2.682/99,



considerando o nível de risco e dias de atraso.

iii) Outros Títulos de Renda Fixa, Renda Variável e Fundos de Investimentos: os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustados aos respectivos valores justos, conforme aplicável.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a Cooperativa Central, e utilizados por ela para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

i) Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda

São os bens de propriedade da Cooperativa não utilizados no desempenho da atividade social, recebidos para liquidação parcial ou total de operações de crédito de difícil ou duvidosa solução, a Resolução CMN nº 4.747/2019 determina a segregação dos ativos não financeiros mantidos para venda em próprios e recebidos de terceiros. A mensuração do valor contábil e os procedimentos para ajuste anual do valor contábil são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/2021.

j) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

k) Imobilizado de Uso

Está composto por equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens: imóveis de uso – 5%, equipamentos de uso – 10%; veículos e processamento de dados – 20%.

l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, são amortizados a uma taxa anual de 20%.

m) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há

garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

n) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *"pro rata die"*.

p) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

q) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

r) Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, e dos passivos contingentes são efetuados de acordo com a Resolução CMN 3.823/2009, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As Provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar essa obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para Demandas Judiciais são reconhecidas contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

As Obrigações Legais são aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

s) Tributos

Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 15% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

As alíquotas dos impostos federais correspondem às regras fiscais determinadas pelo poder Legislativo para o Lucro Real, regime de tributação adotado pelas cooperativas do Sicoob.



O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado em operações realizadas com Associados não tem incidência de tributação.

t) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

u) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

v) Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

w) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

x) Instrumentos Financeiros

O SICOOB CREDIMAC opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, operações com característica de crédito, operações de câmbio, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses, dentre outros.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

y) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2024.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e depósitos bancários	957.975,00	653.449,73
Relações interfinanceiras – centralização financeira (a)	53.559.987,82	44.857.133,11
TOTAL	54.517.962,82	45.510.582,84

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS como determinado no art. 3º, da Resolução CMN nº 5.051/2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.131/2024, cujos rendimentos auferidos nos períodos de 31 de dezembro de 2024 e de 31 de dezembro de 2023 registrados em contrapartida à receita de “Ingressos de Depósitos Intercooperativos”, foram respectivamente:

Descrição	2º Sem. 2024	31/12/2024	31/12/2023
Rendimentos da Centralização Financeira	2.696.442,52	4.934.768,41	5.522.313,61

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Ligadas	-	-	-	2.865.537,54	1.362.559,43	4.228.096,97
Não Ligadas – Vinculados Ao Crédito	2.620.062,93	-	2.620.062,93	-	-	-
Rural (a)						
TOTAL	2.620.062,93	-	2.620.062,93	2.865.537,54	1.362.559,43	4.228.096,97

(a) As cooperativas Singulares são consideradas, por exclusão, como sociedades não ligadas ao Banco Sicoob. Isso se deve ao fato de que elas possuem apenas ações preferenciais, conferindo-lhes o direito exclusivo à preferência na obtenção de dividendos, conforme estabelecido em seus estatutos. Em relação à garantia, informamos que todas as aplicações em Depósitos Interfinanceiros realizadas no Banco Sicoob são descritas como sem garantia.

Referem-se às aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no Banco Sicoob com remuneração média de 101% do CDI.

Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, registrados em contrapartida à receita de “Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez”, foram, respectivamente:

Descrição	2º Sem. 2024	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	211.474,16	526.255,09	468.064,61

6. Títulos e Valores Mobiliários

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, títulos e valores mobiliários estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Participação em Cooperativa Central de Crédito (a)	-	3.151.023,39	3.151.023,39	-	2.559.935,65	2.559.935,65
Participação em Instituição Financeira Controlada Por Cooperativa de Crédito (a)	-	36.070,36	36.070,36	-	36.070,36	36.070,36
TOTAL	-	3.187.093,75	3.187.093,75	-	2.596.006,01	2.596.006,01

(a) Referem-se a saldos de participações de cooperativas em entidades avaliadas pelo custo de aquisição que compõe o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.817/2020 e na Instrução Normativa BCB nº 269 de 1/4/2022.

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC a apresentação das variações desses ativos foi mantida no fluxo das “Atividades de Investimento”, tendo em vista que a reclassificação realizada pelo Banco central do Brasil não alterou a



essência dessas participações, que permanecem sendo ativos de longo prazo conforme item 16.a do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

7. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	22.846.651,27	25.300.923,18	48.147.574,45	20.511.182,76	19.161.770,89	39.672.953,65
Financiamentos	3.483.645,22	5.711.521,87	9.195.167,09	4.037.789,41	6.914.523,65	10.952.313,06
Financiamentos Rurais	9.376.392,06	5.753.800,28	15.130.192,34	8.451.937,08	3.118.134,02	11.570.071,10
Total de Operações de Crédito	35.706.688,55	36.766.245,33	72.472.933,88	33.000.909,25	29.194.428,56	62.195.337,81
(-) Provisões para Operações de Crédito	(2.195.799,78)	(2.234.474,46)	(4.430.274,24)	(1.532.529,33)	(1.124.544,15)	(2.657.073,48)
TOTAL	33.510.888,77	34.531.770,87	68.042.659,64	31.468.379,92	28.069.884,41	59.538.264,33

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível	Percentual de Risco	Situação	Empréstimo TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2024	Provisões em 31/12/2024	Total em 31/12/2023	Provisões em 31/12/2023
AA	–	Normal	1.383.154,67	557.185,66	747.937,65	2.688.277,98	0,00	5.011.554,83	0,00
A	0,5%	Normal	9.823.335,03	3.965.662,11	4.573.079,59	18.362.076,73	(91.810,38)	15.492.774,66	(77.463,87)
B	1%	Normal	12.457.361,77	1.742.923,71	5.022.524,70	19.222.810,18	(192.228,10)	19.773.153,32	(197.731,53)
B	1%	Vencidas	112.424,10	7.901,54	–	120.325,64	(1.203,26)	89.886,01	(898,86)
C	3%	Normal	12.352.790,16	1.932.266,93	2.374.022,06	16.659.079,15	(499.772,37)	14.954.462,29	(448.633,87)
C	3%	Vencidas	328.150,86	2.732,17	161.549,80	492.432,83	(14.772,98)	100.494,31	(3.014,83)
D	10%	Normal	5.533.130,69	557.477,12	1.646.617,67	7.737.225,48	(773.722,55)	4.498.214,73	(449.821,47)
D	10%	Vencidas	2.550.367,34	–	–	2.550.367,34	(255.036,73)	473.722,81	(47.372,28)
E	30%	Normal	1.473.917,67	93.751,17	352.588,85	1.920.257,69	(576.077,31)	160.450,50	(48.135,15)
E	30%	Vencidas	83.119,50	172.552,54	–	255.672,04	(76.701,61)	55.281,48	(16.584,44)
F	50%	Normal	357.001,93	132.811,22	251.872,02	741.685,17	(370.842,59)	262.896,91	(131.448,46)
F	50%	Vencidas	142.292,96	–	–	142.292,96	(71.147,04)	157.230,74	(78.615,87)
G	70%	Normal	115.752,73	–	–	115.752,73	(81.026,91)	550,11	(385,08)
G	70%	Vencidas	129.151,83	–	–	129.151,83	(90.406,28)	25.657,80	(17.960,46)
H	100%	Normal	561.101,43	11.202,26	–	572.303,69	(572.303,69)	524.080,31	(524.080,31)
H	100%	Vencidas	744.521,78	18.700,66	–	763.222,44	(763.222,44)	614.927,00	(614.927,00)
Total Normal			44.057.546,08	8.993.280,18	14.968.642,54	68.019.468,80	(3.157.783,90)	60.678.137,66	(1.877.699,74)
Total Vencidos			4.090.028,37	201.886,91	161.549,80	4.453.465,08	(1.272.490,34)	1.517.200,15	(779.373,74)
Total Geral			48.147.574,45	9.195.167,09	15.130.192,34	72.472.933,88	(4.430.274,24)	62.195.337,81	(2.657.073,48)
Provisões			(3.557.408,14)	(327.333,87)	(545.532,23)	(4.430.274,24)		(2.657.073,48)	
Total Líquido			44.590.166,31	8.867.833,22	14.584.660,11	68.042.659,64		59.538.264,33	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (diário):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e Títulos Descontados	10.611.799,89	12.234.851,38	25.300.923,18	48.147.574,45	39.672.953,65
Financiamentos	962.086,20	2.521.559,02	5.711.521,87	9.195.167,09	10.952.313,06
Financiamentos Rurais	1.224.793,97	8.151.598,09	5.753.800,28	15.130.192,34	11.570.071,10
TOTAL	12.798.680,06	22.908.008,49	36.766.245,33	72.472.933,88	62.195.337,81

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos TD	Financiamento	Financiamento Rural	% da Carteira	31/12/2024	31/12/2023
Setor Privado – Comércio	2.268.120,91	79.607,63	-	3,24%	2.347.728,54	2.182.910,73
Setor Privado – Indústria	360.418,91	-	-	0,50%	360.418,91	249.143,14
Setor Privado – Serviços	28.078.966,73	888.430,35	-	39,97%	28.967.397,08	26.618.150,36
Pessoa Física	17.188.785,61	8.227.129,11	15.130.192,34	55,95%	40.546.107,06	32.525.328,68
Outros	251.282,29	-	-	0,35%	251.282,29	619.804,90
TOTAL	48.147.574,45	9.195.167,09	15.130.192,34	100,00%	72.472.933,88	62.195.337,81

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	(2.657.073,48)	(2.379.594,87)
Constituições/ Reversões no período	(2.416.400,75)	(531.854,79)
Transferência para prejuízo no período	643.199,99	254.376,18
Saldo Final	(4.430.274,24)	(2.657.073,48)

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2024	% Carteira Total	31/12/2023	% Carteira Total
Maior Devedor	2.701.542,39	3,71%	2.661.370,07	4,27%
10 Maiores Devedores	12.801.648,77	17,57%	9.706.227,38	15,57%
50 Maiores Devedores	30.395.053,66	41,70%	24.485.897,34	39,28%

Compõe o saldo da concentração de devedores as operações de crédito e as operações de outros créditos. Não estão contemplados no saldo os valores de encargos financeiros gerados pela utilização de limites de cheque especial.

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	1.075.378,22	932.170,56
Valor das operações transferidas no período	794.799,66	335.503,85
Valor das operações recuperadas no período	(269.661,86)	(191.146,09)
Valor das operações renegociadas no período	(186.160,45)	(550,33)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(511,39)	(599,77)
Saldo Final	1.413.844,18	1.075.378,22

Para fins de apuração dos valores de movimentação de saldos em prejuízo, são considerados os lançamentos decorrentes de operações de crédito e de operações de outros créditos.

h) Operações renegociadas:

Em conformidade com a Resolução nº 2.682/99 (CMN), artigo 11, III, abaixo os montantes de operações renegociadas:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Operações renegociadas	3.638.461,72	1.314.041,10



8. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Créditos por Avais e Fianças Honrados (a)	436.349,61	-	436.349,61	166.339,35	-	166.339,35
Rendas a Receber (b)	737.048,13	-	737.048,13	628.739,46	-	628.739,46
Títulos e Créditos a Receber (c)	8.599,58	-	8.599,58	43.363,64	-	43.363,64
Devedores por Depósitos em Garantia (d)	-	1.014.685,49	1.014.685,49	-	1.076.307,22	1.076.307,22
TOTAL	1.181.997,32	1.014.685,49	2.196.682,81	838.442,45	1.076.307,22	1.914.749,67

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da Cooperativa cedidos pelo Banco Sicoob, em virtude de coobrigação contratual;

(b) Em Rendas a Receber estão registrados:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Rendas de Convênios	13.679,24	-	13.679,24	12.903,31	-	12.903,31
Rendas de Cartões	195.486,57	-	195.486,57	171.754,21	-	171.754,21
Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central	495.653,83	-	495.653,83	412.346,29	-	412.346,29
Rendas de Domicílio Bancário	17.443,36	-	17.443,36	18.202,00	-	18.202,00
Rendas de Poupança	10.062,50	-	10.062,50	9.380,82	-	9.380,82
Rendas de Transações Interfinanceiras	4.678,53	-	4.678,53	4.152,83	-	4.152,83
Outras Rendas a Receber	44,10	-	44,10	-	-	-
TOTAL	737.048,13	-	737.048,13	628.739,46	-	628.739,46

(c) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Valores a receber – Tarifas	-	-	-	38.004,70	-	38.004,70
Valores a receber – Aluguel SIPAG 2.0	8.599,58	-	8.599,58	5.358,94	-	5.358,94
TOTAL	8.599,58	-	8.599,58	43.363,64	-	43.363,64

(d) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Pis	-	209.951,42	209.951,42	-	233.716,90	233.716,90
Pis Folha	-	289.696,11	289.696,11	-	272.950,33	272.950,33
Cofins	-	515.037,96	515.037,96	-	569.639,99	569.639,99
TOTAL	-	1.014.685,49	1.014.685,49	-	1.076.307,22	1.076.307,22

8.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisões para Avais e Fianças Honrados	(331.918,64)	-	(331.918,64)	(136.113,54)	-	(136.113,54)
TOTAL	(331.918,64)	-	(331.918,64)	(136.113,54)	-	(136.113,54)

b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível	Percentual de Risco	Situação	Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2024	Provisões 31/12/2024	Total em 31/12/2023	Provisões 31/12/2023
E	30%	Normal	2.513,80	2.513,80	(754,14)	3.566,89	(1.070,07)
E	30%	Vencidas	98.797,76	98.797,76	(29.639,33)	14.988,24	(4.496,47)
F	50%	Normal	-	-	(0,02)	-	(0,01)
F	50%	Vencidas	64.655,60	64.655,60	(32.327,80)	21.574,46	(10.787,23)
G	70%	Vencidas	3.950,35	3.950,35	(2.765,25)	21.500,00	(15.050,00)
H	100%	Normal	-	-	-	96,87	(96,87)
H	100%	Vencidas	266.432,10	266.432,10	(266.432,10)	104.612,89	(104.612,89)
Total Normal			2.513,80	2.513,80	(754,16)	3.663,76	(1.166,95)
Total Vencidos			433.835,81	433.835,81	(331.164,48)	162.675,59	(134.946,59)
Total Geral			436.349,61	436.349,61	(331.918,64)	166.339,35	(136.113,54)
Provisões			(331.918,64)	(331.918,64)		(136.113,54)	
Total Líquido			104.430,97	104.430,97		30.225,81	

9. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os ativos fiscais, correntes e diferidos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
IRPJ não compensado no próprio exercício	43.103,42	-	43.103,42	39.136,62	-	39.136,62
CSLL não compensado no próprio exercício	26.022,73	-	26.022,73	26.022,73	-	26.022,73
Valores a restituir – PERDCOMP	548,60	-	548,60	548,60	-	548,60
TOTAL	69.674,75	-	69.674,75	65.707,95	-	65.707,95

10. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os outros ativos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamentos e Antecipações Salariais	229,76	-	229,76	21.323,84	-	21.323,84
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	21.820,49	-	21.820,49	13.076,37	-	13.076,37
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	145.328,59	-	145.328,59	114.450,44	-	114.450,44
Pagamentos a Ressarcir	-	-	-	12,00	-	12,00
Devedores Diversos – País (a)	61.694,01	-	61.694,01	38.587,38	-	38.587,38
Despesas Antecipadas (b)	111.538,44	-	111.538,44	102.142,27	-	102.142,27
TOTAL	340.611,29	-	340.611,29	289.592,30	-	289.592,30



(a) Em Devedores Diversos estão registrados:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Pendências a Regularizar	25.574,85	-	25.574,85	12.110,05	-	12.110,05
Seguros Contratados a Receber	1.389,57	-	1.389,57	1.389,57	-	1.389,57
Pendências a Regularizar – Banco Sicoob	-	-	-	36,95	-	36,95
Estoque de Pontos	-	-	-	750,60	-	750,60
Pendências Avais	7.020,75	-	7.020,75	10.349,30	-	10.349,30
Outros Devedores Diversos	27.708,84	-	27.708,84	13.950,91	-	13.950,91
TOTAL	61.694,01	-	61.694,01	38.587,38	-	38.587,38

(b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU, entre outras.

11. Imobilizado de Uso

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os montantes do imobilizado de uso estão assim compostos:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2024	31/12/2023
Imobilizado em Curso (a)		23.872,86	-
Terrenos		791.538,16	791.538,16
Edificações	4%	1.049.917,25	1.049.917,25
Instalações	10%	6.371.566,83	6.306.070,94
Móveis e equipamentos de Uso	10%	1.118.171,75	1.104.602,16
Sistema de Processamento de Dados	20%	734.852,49	595.558,88
Sistema de Segurança	10%	250.055,72	232.534,71
Sistema de Transporte	20%	42.900,00	42.900,00
Total de Imobilizado de Uso		10.382.875,06	10.123.122,10
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso – Edificações		(557.669,08)	(515.672,56)
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(1.302.427,26)	(675.229,18)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(1.041.174,92)	(884.428,91)
(-) Depreciação Acum. Veículos		(42.900,00)	(42.900,00)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(2.944.171,26)	(2.118.230,65)
TOTAL		7.438.703,80	8.004.891,45

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

12. Intangível

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os montantes do intangível estão assim compostos:

Descrição	Taxa Amortização	31/12/2024	31/12/2023
Sistemas de Processamento de Dados	20%	22.035,51	22.035,51
Patentes		1.420,00	1.420,00
Intangível		23.455,51	23.455,51
(-) Amort. Acum. de Ativos Intangíveis		(17.772,52)	(13.365,40)
Total de Amortização de ativos Intangíveis		(17.772,52)	(13.365,40)
TOTAL		5.682,99	10.090,11

13. Depósitos

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os depósitos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Depósito à Vista (a)	25.537.261,87	-	25.537.261,87	23.349.197,10	-	23.349.197,10
Depósito Sob Aviso	5.363,57	-	5.363,57	88.263,75	-	88.263,75
Depósito a Prazo (b)	60.828.664,54	349.799,96	61.178.464,50	54.096.286,17	121.662,33	54.217.948,50
TOTAL	86.371.289,98	349.799,96	86.721.089,94	77.533.747,02	121.662,33	77.655.409,35

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de “pro rata temporis”; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ – com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares – pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em “Dispêndios de captação no mercado”.

c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2024	% Carteira Total	31/12/2023	% Carteira Total
Maior Depositante	5.484.595,99	5,78%	4.478.499,71	5,34%
10 Maiores Depositantes	19.037.839,39	20,05%	16.309.509,66	19,44%
50 Maiores Depositantes	40.111.197,40	42,25%	35.469.427,15	42,29%

Compõe o saldo da concentração de depositantes os valores captados através de Depósitos, Conta Benefício do INSS, Conta Salário, Ordens de Pagamento e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos. Os depósitos a prazo são considerados líquidos de impostos.

d) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º Sem. 2024	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(271,73)	(1.062,05)	(12.068,82)
Despesas de Depósitos a Prazo	(2.954.217,55)	(5.635.023,52)	(6.403.421,83)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(469.331,67)	(873.873,65)	(998.881,34)
Despesas De Letras De Crédito do Imobiliário	-	-	(10.536,33)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(70.950,80)	(135.531,27)	(127.323,36)
TOTAL	(3.494.771,75)	(6.645.490,49)	(7.552.231,68)

14. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Referem-se às Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004) e às Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreadas por créditos imobiliários



garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel (Lei nº 10.931/2004). Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, estão assim compostas:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. do Agronegócio – LCA	8.814.566,91	1.201.414,86	10.015.981,77	6.011.041,08	2.260.740,45	8.271.781,53
TOTAL	8.814.566,91	1.201.414,86	10.015.981,77	6.011.041,08	2.260.740,45	8.271.781,53

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI – Certificado de Depósitos Interbancários. Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº 13.d) – Depósitos – Despesas com operações de captação de mercado.

15. Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros, e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades inclusive Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, estão assim compostos:

a) Repasses Interfinanceiros:

Instituições	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Recursos do Banco Sicoob	6.955.727,57	2.089.557,80	9.045.285,37	6.787.694,71	1.048.330,95	7.836.025,66
TOTAL	6.955.727,57	2.089.557,80	9.045.285,37	6.787.694,71	1.048.330,95	7.836.025,66

As taxas de juros praticadas nas operações interfinanceiras com o Banco Sicoob correspondem a uma média de 7% ao ano, com vencimento até 26/04/2032.

b) Despesas de Operações de Empréstimos e Repasses:

Descrição	2º Sem. 2024	31/12/2024	31/12/2023
Banco Cooperativo Sicoob S.A. – Banco Sicoob	(338.399,69)	(657.236,40)	(471.100,62)
TOTAL	(338.399,69)	(657.236,40)	(471.100,62)

16. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Recursos em Trânsito de Terceiros (a)	15.008,74	-	15.008,74	8.608,20	-	8.608,20
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	3.558,56	-	3.558,56	3.580,00	-	3.580,00
Operações com Títulos e Valores Mobiliários – IOF a Recolher (b)	18.379,37	-	18.379,37	21.203,31	-	21.203,31
TOTAL	36.946,67	-	36.946,67	33.391,51	-	33.391,51

(a) Em Recursos em Trânsito de Terceiros estão registrados:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Convênio de Energia Elétrica e Gás	14.973,74	-	14.973,74	8.593,20	-	8.593,20
Outros Recursos em Trânsito de Terceiros	35,00	-	35,00	15,00	-	15,00
TOTAL	15.008,74	-	15.008,74	8.608,20	-	8.608,20

(b) Em Operações com Títulos e Valores Mobiliários – IOF a Recolher estão registrados:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Operações de Crédito – IOF	18.274,73	-	18.274,73	21.120,56	-	21.120,56
Outras Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	104,64	-	104,64	82,75	-	82,75
TOTAL	18.379,37	-	18.379,37	21.203,31	-	21.203,31

17. Provisões

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os saldos de provisões estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (a)	261.548,33	115.907,12	377.455,45	192.883,81	215.700,77	408.584,58
Provisão Para Contingências (b)	-	1.017.816,38	1.017.816,38	-	1.070.569,70	1.070.569,70
TOTAL	261.548,33	1.133.723,50	1.395.271,83	192.883,81	1.286.270,47	1.479.154,28

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme determina a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos Associados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Coobrigações Prestadas	23.177.006,90	18.712.099,58
TOTAL	23.177.006,90	18.712.099,58

(b) Provisão para Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às Demandas Judiciais:



Descrição	31/12/2024		31/12/2023	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
PIS	209.951,42	209.951,42	233.716,96	233.716,90
PIS FOLHA	292.827,00	289.696,11	267.212,75	272.950,33
COFINS	515.037,96	515.037,96	569.639,99	569.639,99
TOTAL	1.017.816,38	1.014.685,49	1.070.569,70	1.076.307,22

b.1) Movimentação das Provisões para Demandas Judiciais:

Descrição	Tributário	Total
Saldo em 01 janeiro de 2023	930.747,87	930.747,87
Constituição da provisão	139.821,83	139.821,83
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.070.569,70	1.070.569,70
Saldo em 01 janeiro de 2024	1.070.569,70	1.070.569,70
Constituição da provisão	19.997,97	19.997,97
Atualização durante o exercício	(72.751,29)	(72.751,29)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.017.816,38	1.017.816,38

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB CREDIMAC, a cooperativa não detém processos judiciais passivos classificados com risco de perda possível para o exercício 2024, bem como no exercício de 2023.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

18. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os saldos de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	19.196,87	-	19.196,87	15.172,94	-	15.172,94
Impostos e Contribuições sobre Salários	158.856,77	-	158.856,77	133.555,12	-	133.555,12
Outros (a)	38.803,80	-	38.803,80	69.899,91	-	69.899,91
TOTAL	216.857,44	-	216.857,44	218.627,97	-	218.627,97

(a) A seguir, a composição do saldo de outras obrigações fiscais, correntes e diferidas:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
IRRF sobre aplicações financeiras	15.788,90	-	15.788,90	42.509,52	-	42.509,52
ISSQN a recolher	6.155,49	-	6.155,49	6.597,02	-	6.597,02
PIS faturamento a recolher	743,48	-	743,48	809,23	-	809,23
COFINS a recolher	4.663,38	-	4.663,38	5.058,19	-	5.058,19
IRRF sobre juros ao capital	11.452,55	-	11.452,55	14.925,95	-	14.925,95
TOTAL	38.803,80	-	38.803,80	69.899,91	-	69.899,91

19. Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os saldos de outros passivos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Sociais e Estatutárias (a)	1.119.612,11	-	1.119.612,11	1.302.046,46	-	1.302.046,46
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros (b)	1.265,83	-	1.265,83	1.119,03	-	1.119,03
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (c)	653.071,34	-	653.071,34	637.534,15	-	637.534,15
Credores Diversos – País (d)	401.688,07	-	401.688,07	82.290,12	-	82.290,12
TOTAL	2.175.637,35	-	2.175.637,35	2.022.989,76	-	2.022.989,76

(a) A seguir, a composição dos saldos de passivos sociais e estatutárias, e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão para Participações nos Resultados (a.1)	96.000,00	-	96.000,00	-	-	-
Cotas de Capital a Pagar (a.2)	317.778,56	-	317.778,56	465.888,35	-	465.888,35
FATES – Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.3)	705.833,55	-	705.833,55	836.158,11	-	836.158,11
TOTAL	1.119.612,11	-	1.119.612,11	1.302.046,46	-	1.302.046,46

(a.1) A Participação dos empregados nos Resultados está consubstanciada pela Lei 10.101/2000 e por convenção coletiva. A Cooperativa constituiu provisão a título de participação dos empregados em resultado e essa, modalidade de remuneração variável não se incorpora aos salários dos empregados e está atrelada à performance da Cooperativa. A legislação determina que o pagamento seja efetuado de acordo com regras previamente estabelecidas por meio de Acordo Coletivo de Trabalho homologado junto ao sindicato da categoria e devidamente registrado no Ministério do Trabalho;

(a.2) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

(a.3) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos Associados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue a determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, ao final do exercício, há a reversão dos dispêndios de FATES para a conta de Sobras ou Perdas Acumuladas, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) O saldo apresentado em Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros refere-se aos recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos e similares, cuja prestação de serviço é pactuada por meio de contrato entre a Cooperativa e a instituição pagadora.

(c) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar estão registrados:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Despesas de Pessoal	446.970,40	-	446.970,40	431.862,87	-	431.862,87
Custos de Transações Interfinanceiras	1.581,91	-	1.581,91	1.615,50	-	1.615,50



Continuação

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Seguro Prestamista	59.549,03	-	59.549,03	99.455,04	-	99.455,04
Despesas com Cartões	63.961,23	-	63.961,23	52.110,58	-	52.110,58
Valores a Pagar – Domicílio Bancário	12.442,43	-	12.442,43	12.120,60	-	12.120,60
Segurança e Vigilância	16.395,85	-	16.395,85	1.041,47	-	1.041,47
Manutenção e Conservação de Bens	11.120,61	-	11.120,61	464,99	-	464,99
Transporte	964,29	-	964,29	1.619,56	-	1.619,56
Seguro	13.054,25	-	13.054,25	14.570,65	-	14.570,65
Compensação	5.469,11	-	5.469,11	13.653,91	-	13.653,91
Outras Provisão para Pagamentos a Efetuar	21.562,23	-	21.562,23	9.018,98	-	9.018,98
TOTAL	653.071,34	-	653.071,34	637.534,15	-	637.534,15

(d) Os saldos em Credores Diversos – País referem-se:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Pendências a Regularizar Banco Sicoob	53.973,35	-	53.973,35	23.587,82	-	23.587,82
Valores a Repassar à Cooperativa Central	39.054,31	-	39.054,31	27.504,98	-	27.504,98
Cheques Depositados Relativos a Descontos Aguardando Compensação	202.168,09	-	202.168,09	22.220,00	-	22.220,00
Diferença de Caixa	2.644,60	-	2.644,60	300,08	-	300,08
Valor a Pagar de Honras pelos Fundos Garantidores	72.126,38	-	72.126,38	3.200,00	-	3.200,00
Pendências a Regularizar	3.918,71	-	3.918,71	446,06	-	446,06
Valores a Liquidar Consignado	18.298,99	-	18.298,99	32,87	-	32,87
Outros Credores Diversos – País	9.503,64	-	9.503,64	4.998,31	-	4.998,31
TOTAL	401.688,07	-	401.688,07	82.290,12	-	82.290,12

20. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas–partes no valor nominal de R\$ 1,00 (cada) e integralizado por seus Associados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas–partes.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Capital Social	12.389.676,05	10.855.341,43
Quantidade de Cooperados	4.770	4.618

b) Reserva Legal

Representado pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

No período de 31 de dezembro de 2024 os saldos de capital, de remuneração de capital ou de sobras a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos após decorridos 5 (cinco) anos da demissão, da eliminação ou da exclusão foram revertidos ao fundo de reserva da cooperativa, conforme Lei Complementar nº 196/2022, totalizando R\$ 285.522,03.

Essa movimentação está evidenciada na DMPL na linha de "Outros Eventos/Reservas".

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em **2024** em atendimento ao artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em **31 de dezembro de 2023** da seguinte forma:

Para Fundo de Reserva Legal, no valor de R\$ 635.820,59;

Para Conta Capital, no valor de R\$ 476.865,45;

Para Conta Corrente, no valor de R\$ 476.865,45.

d) Destinações Estatutárias e Legais

A seguir, apresentamos as destinações estatutárias e legais, bem como as sobras ou perdas à disposição da Assembleia Geral:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Sobras do exercício	3.089.767,23	3.524.902,88
(+) Absorção de FATES e/ou Fundos Voluntários	293.984,14	-
(-) Valores em prejuízo recuperados de exercícios anteriores (a)	(110.559,80)	-
Base de cálculo das destinações	3.273.191,57	3.524.902,88
(-) Destinação para o Fundo de Reserva (b)	(1.636.595,79)	(1.762.451,44)
(-) Destinação para o FATES – atos cooperativos (c)	(163.659,58)	(176.245,14)
(-) Destinação para Outras Reservas	(163.659,58)	(176.245,14)
(+) Reversão devido utilização do FATES – CCI 797/2020 – AC	-	179.590,33
Sobras à disposição da Assembleia Geral	1.309.276,62	1.589.551,49

a) Conforme estatuto social da cooperativa, poderão ser canalizados ao Fundo de Reserva, antes da apuração das destinações obrigatórias, as doações sem destinação específica e, a critério do Conselho de Administração, os valores em prejuízo recuperados de exercícios anteriores e outros valores objeto de recuperação, inclusive em decorrência da legislação aplicável. Na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) esse montante foi adicionado a destinação estatutária obrigatória para o Fundo de Reserva, e está apresentado na linha "Destinações das Sobras do Período – Fundo de Reserva".

b) 50% para o Fundo de Reserva, apurado sobre as sobras líquidas da provisão dos Juros sobre o Capital Próprio e do FATES de Ato Não Cooperativo (quando positivo), e é destinado a reparar perdas e a atender ao desenvolvimento das atividades da cooperativa. A AGO poderá determinar destinação de recurso adicional ao Fundo de Reserva, além das destinações previstas no Estatuto Social.

c) 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), apuradas sobre as sobras líquidas da provisão dos Juros sobre o Capital Próprio e do FATES Ato Não Cooperativo, e é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto no estatuto social, aos empregados da Cooperativa.

A partir do exercício de 2021 a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

e) Juros ao Capital Próprio

A Cooperativa remunerou os juros ao capital próprio ao associado, no percentual de 85% da taxa Selic para o exercício de 2024, no montante de R\$ 1.016.536,63 e em 2023, no montante de R\$ 1.053.704,59. Os critérios para a remuneração obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009, e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.872/2020, limitado a 100% da taxa referencial Selic.



21. Resultado de Atos Não Cooperativos

São classificados como ato não cooperativo os rendimentos e/ou dispêndios decorrentes de operações realizadas com não associados, sobre os quais há incidência de tributos federais e municipais. Os valores são registrados em separado e o resultado líquido auferido dessas operações, se positivo, é integralmente destinado ao FATES, conforme determina o art. 87 da Lei nº 5.764/1971.

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o resultado de atos não cooperativos possui a seguinte composição:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Receita de prestação de serviços	1.584.294,30	1.467.130,73
Despesas específicas de atos não cooperativos	(448.411,98)	(550.856,86)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(513.157,72)	(455.794,89)
Resultado operacional	622.724,60	460.478,98
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	773,88	(18.796,01)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	623.498,48	441.682,97
IRPJ/CSLL proporcionais	(192.131,38)	(117.613,38)
Deduções – Receitas com associados (a)	(791.658,38)	(731.292,15)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	(360.291,28)	(407.222,56)

(a) Saldo composto por rendas de comissionamento auferidas na comercialização pela cooperativa de produtos de terceiros aos seus associados (consórcios, seguros e maquininhas de cartões – SIPAG). Tais rendas compõe a base de tributação, por questões específicas à legislação tributária, contudo, por se originarem do relacionamento com os associados da cooperativa, não são destinadas ao Fates de Resultados com Não Associados.

22. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de Adiantamentos A Depositantes	50.113,14	96.836,88	59.216,41
Rendas de Empréstimos	4.590.028,27	8.768.173,88	7.645.795,34
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	428.933,34	889.756,50	758.985,67
Rendas de Financiamentos	978.556,04	2.015.052,87	1.761.733,41
Rendas de Financiamentos Rurais – Recursos Livres	479.155,59	794.098,34	908.271,43
Rendas de Financiamentos Rurais – Recursos Direcionados à Vista	135.791,48	297.446,30	186.886,09
Rendas de Financiamentos Rurais – Recursos Direcionados da Poupança Rural	100.422,31	168.545,67	57.493,67
Rendas de Financiamentos Rurais – Recursos Direcionados de LCA	2.955,12	3.219,72	-
Rendas de Créditos Por Avais E Fianças Honrados	-	443,80	1.131,39
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	204.172,79	451.605,32	305.421,38
TOTAL	6.970.128,08	13.485.179,28	11.684.934,79

23. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Despesas De Captação	(3.494.771,75)	(6.645.490,49)	(7.552.231,68)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(338.399,69)	(657.236,40)	(471.100,62)

Continuação

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(1.579.564,99)	(2.763.824,52)	(621.473,71)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	1.334.049,38	2.205.321,02	2.132.902,65
Reversões de Provisões para Outros Créditos	37.664,12	71.998,68	98.479,89
Provisões para Operações de Crédito	(2.682.715,13)	(4.621.721,77)	(2.664.739,26)
Provisões para Repasses Interfinanceiros	(19,00)	(19,00)	-
Provisões para Outros Créditos	(268.544,36)	(419.403,45)	(188.116,99)
TOTAL	(5.412.736,43)	(10.066.551,41)	(8.644.806,01)

24. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de Cobrança	25.171,45	48.908,65	50.534,30
Rendas por Serviços de Pagamento	557.585,68	1.052.614,83	683.094,59
Rendas de Convênios	19.750,43	52.840,99	59.382,81
Rendas de Comissão	729.797,31	1.493.280,51	1.230.202,85
Rendas de Credenciamento	-	214,53	386,74
Rendas de Cartões	122.845,45	239.277,85	287.443,50
Rendas de Outros Serviços	98.109,31	185.592,72	147.850,26
Rendas por Antecipação de Obrigações de Transações de Pagamento	33.532,89	60.255,13	35.568,97
TOTAL	1.586.792,52	3.132.985,21	2.494.464,02

25. Rendas de Tarifas

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de Pacotes de Serviços – PF	303.045,50	615.629,00	559.357,50
Rendas de Serviços Prioritários – PF	70.362,00	157.015,10	139.435,95
Rendas de Serviços Diferenciados – PF	56,00	88,00	68,00
Rendas de Tarifas Bancárias – PJ	168.894,64	355.825,11	256.216,26
TOTAL	542.358,14	1.128.557,21	955.077,71

26. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de Honorários – Conselho Fiscal	(68.063,44)	(134.933,24)	(128.847,02)
Despesas de Honorários – Diretoria e Conselho de Administração	(469.244,26)	(930.644,68)	(891.896,67)
Despesas de Pessoal – Benefícios	(283.052,01)	(547.673,02)	(478.472,53)
Despesas de Pessoal – Encargos Sociais	(458.944,58)	(897.480,33)	(818.574,98)
Despesas de Pessoal – Proventos	(1.057.219,60)	(2.040.606,75)	(1.799.203,49)
Despesas de Pessoal – Treinamento	(11.170,60)	(19.380,60)	(6.819,65)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(16.655,70)	(19.221,49)	(246,71)
TOTAL	(2.364.350,19)	(4.589.940,11)	(4.124.061,05)



27. Outros Dispendios e Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de Água, Energia e Gás	(21.112,82)	(34.253,46)	(36.119,69)
Despesas de Aluguéis	(66.703,95)	(132.017,61)	(90.139,28)
Despesas de Comunicações	(72.412,66)	(142.470,85)	(153.156,69)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(110.786,61)	(250.104,00)	(233.591,29)
Despesas de Material	(25.405,23)	(54.902,55)	(56.704,22)
Despesas de Processamento de Dados	(248.279,75)	(521.267,31)	(356.050,57)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(126.650,68)	(286.241,54)	(209.196,01)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(12.544,91)	(27.184,91)	(62.700,74)
Despesas de Publicações	-	-	(1.934,00)
Despesas de Seguros	(13.220,21)	(27.210,70)	(26.863,87)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(140.326,49)	(275.209,31)	(312.911,77)
Despesas de Serviços de Terceiros	(73.777,75)	(172.224,31)	(174.106,17)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(125.488,05)	(252.641,63)	(269.926,68)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(68.853,88)	(125.061,74)	(99.374,30)
Despesas de Transporte	(22.580,55)	(48.578,03)	(50.383,44)
Despesas de Viagem no País	(8.419,46)	(16.406,76)	(7.665,49)
Despesas de Depreciação/Amortização	(425.537,12)	(845.575,03)	(785.215,02)
Outras Despesas Administrativas (a)	(508.000,22)	(872.385,92)	(718.554,00)
TOTAL	(2.070.100,34)	(4.083.735,66)	(3.644.593,23)

a) Os saldos das Outras Despesas Administrativas estão compostos:

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Emolumentos judiciais e cartorários	(30.489,68)	(58.508,16)	(21.992,06)
Copa/cozinha	(2.746,43)	(8.100,60)	(5.645,79)
Lanches e refeições	(32.940,73)	(54.672,11)	(46.465,60)
Uniformes e vestuários	(5.821,00)	(6.325,00)	(2.596,60)
Contribuição a OCE	(23.319,24)	(42.751,94)	(50.125,27)
Taxas da junta comercial	-	(369,11)	(738,22)
Impostos e taxas	-	-	(134,20)
Medicamentos	-	-	(29,90)
Coordenadores de UAR	(310,72)	(1.114,44)	(406,67)
Rateio de despesas da Central	(220.994,10)	(373.192,26)	(299.229,33)
Microfilmagem de documentos	-	-	(139,52)
Rateio de despesa do Sicoob Conf.	(48.306,60)	(106.597,26)	(102.539,70)
Contribuição confederativa	(9.721,71)	(11.341,98)	-
Desp. Centro de serv. Compart. - CCS	(68.038,96)	(131.873,57)	(125.054,93)
Outras despesas indedutíveis	(9.631,66)	(13.066,37)	(46.931,61)
Outras despesas administrativas	(55.679,39)	(64.473,12)	(16.524,60)
TOTAL	(508.000,22)	(872.385,92)	(718.554,00)

28. Dispendios e Despesas Tributárias

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Despesas Tributárias	(3.229,28)	(7.021,25)	(15.798,77)
Desp. Impostos s/ Serviços - ISS	(38.530,80)	(79.045,78)	(71.711,57)

Continuação

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de Contribuição ao COFINS	(30.846,69)	(63.371,76)	(58.685,23)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(5.012,59)	(10.297,91)	(9.536,38)
TOTAL	(77.619,36)	(159.736,70)	(155.731,95)

29. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Recuperação de Encargos e Despesas	9.432,33	74.756,82	218.562,72
Outras – Reversão de Provisões Operacionais	-	-	1.268,36
Dividendos	-	10.200,86	8.230,08
Distribuição de sobras da central	-	19.617,12	65.441,67
Atualização depósitos judiciais	19.459,23	111.669,58	122.624,11
Rendas de Repasses Interfinanceiros	95.544,53	155.819,66	90.791,79
Outras rendas operacionais	8.918,02	60.584,71	18.029,02
Rendas oriundas de cartões de crédito e adquirência	520.087,66	990.767,69	621.660,84
Juros ao Capital Recebidos da Central	290.375,62	290.375,62	293.171,12
TOTAL	943.817,39	1.713.792,06	1.439.779,71

30. Outros Dispendios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Operações de Crédito – Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	-	-	(798,34)
Outras Despesas Operacionais	(72.263,07)	(130.556,75)	(93.992,71)
Despesas com Serviços Associados a Transações de Pagamento	(408.600,33)	(803.758,32)	(506.056,52)
Despesa com Correspondentes Cooperativos	(26.815,86)	(46.434,76)	(33.660,72)
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(20.773,80)	(52.121,50)	(40.125,30)
Outras Contribuições Diversas	(24.647,32)	(45.468,47)	(51.274,74)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(1.157,79)	(2.300,33)	(4.045,67)
Perdas – Fraudes Externas	-	-	(9.997,00)
Perdas – Falhas em Sistemas de TI	-	-	(100,00)
Perdas – Falhas de Gerenciamento	(26,96)	(26,96)	(24,03)
Dispendios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(188.143,14)	(293.436,48)	(179.590,33)
TOTAL	(742.428,27)	(1.374.103,57)	(919.665,36)

31. Despesas com Provisões

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Provisões/Reversões para Contingências	(29.915,46)	(140.276,52)	(140.191,09)
Provisões para Contingências	(29.915,46)	(140.276,52)	(140.191,09)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	(7.141,80)	31.129,13	(166.127,67)
Provisões para Garantias Prestadas	(214.868,20)	(453.143,10)	(417.907,88)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	207.726,40	484.272,23	251.780,21
TOTAL	(37.057,26)	(109.147,39)	(306.318,76)



32. Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Lucro em Transações com Outros Valores De Bens	8.139,96	8.367,22	-
Ganhos de Capital	7.644,99	10.691,13	13.899,39
Outras Rendas Não Operacionais	-	-	1.883,33
(-) Perdas de Capital	(12.148,95)	(18.284,47)	(34.578,73)
TOTAL	3.636,00	773,88	(18.796,01)

33. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, alterada pela Resolução BCB nº 367/2024, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes nos períodos de 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

34. Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 07/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

34.1 Transações com Partes Relacionadas e Remuneração de Pessoal Chave da Administração

As operações com tais partes relacionadas e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Conforme a Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são deliberadas em última alçada de aprovação, no âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

O pessoal-chave de administração inclui os conselheiros e diretores, anualmente são deliberados os montantes de remuneração, benefícios e plano de previdência complementar na Assembleia Geral Ordinária, em cumprimento à Lei 5.764/1971 art.44.

Natureza da Operação	31/12/2024	31/12/2023
Operações Ativas		
Operação de crédito	3.249.635,75	3.238.336,29
PCLD – Provisão de crédito	86.269,94	51.806,60
Taxa média	4,40%	4,64%
Prazo médio	81,95	81,49
Operações Passivas		
Depósitos	3.267.060,10	1.989.593,12
Letra de Crédito Agronegócio – LCA	88.884,85	227.373,85

Continuação

Natureza da Operação	31/12/2024	31/12/2023
Taxa Média Depósitos	84,99%	85,30%
Taxa Média – LCA	0,8247%	0,7879%
Prazo Médio Depósitos	140,01	154,18
Prazo Médio – LCA	29,25	24,72
Garantias prestadas	5.586.905,02	6.520.374,25
Capital social	376.914,86	373.103,95
Remuneração	31/12/2024	31/12/2023
Honorários – Diretoria e Conselho de Administração	(930.644,68)	(891.896,67)
Encargos sociais	(213.115,70)	(204.148,94)

34.2 Cooperativa Central

O SICOOB CREDIMAC, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiado à SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabem ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CREDIMAC responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CREDIMINAS:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Operações Ativas		
Ativo – Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira – Nota 4	53.559.987,82	44.857.133,11
Ativo – Participações de Cooperativas – Nota 6	3.151.023,39	2.559.935,65
Ativo – Rendimentos Centralização Financeiras a Receber – Nota 8. b	495.653,83	412.346,29
Total de Operações Ativas	57.206.665,04	47.829.415,05
Operações Passivas		
Receitas	31/12/2024	31/12/2023
Ingressos de Depósitos Intercooperativos – Nota 4. a	4.934.768,41	5.522.313,61
Despesas		
Rateio de Despesas da Central – Nota 27. a	(373.192,26)	(299.229,33)
Total das Despesas	(373.192,26)	(299.229,33)



35. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio de referência (PR)	26.778.530,80	22.935.971,49
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	99.106.618,80	86.050.369,13
Índice de Basileia (mínimo 12%)	27,01%	26,65%
Imobilizado para cálculo do limite	7.438.703,80	8.004.891,45
Índice de imobilização (limite 50%)	27,78%	34,90%

36. Benefícios a Empregados

A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados, na modalidade de contribuição definida. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

A Cooperativa não possui benefícios de pós emprego a seus empregados, conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), apenas benefícios de curto prazo, conforme montantes apresentados a seguir:

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Contribuição Previdência Privada	(10.400,56)	(20.749,45)	(18.184,35)
TOTAL	(10.400,56)	(20.749,45)	(18.184,35)

37. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e a Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, social, ambiental e climático, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, cibernético e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

37.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de

recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

37.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

37.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de



Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;

b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

a) valor econômico (ΔEVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;

b) resultado de intermediação financeira (ΔNII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;

b) os limites máximos do risco de mercado;

c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;

d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;

e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;

f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);

g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;

h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;

i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);

j) resultado dos testes de estresse.

37.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira, na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez e no Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das Cooperativas do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos a órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) limite mínimo de liquidez;

a.2) fluxo de caixa projetado;

a.3) aplicação de cenários de estresse;

a.4) definição de planos de contingência.

b) relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

Os resultados dos testes de estresse aplicando os cenários de estresse, tem por objetivo identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das cooperativas do Sicoob.

37.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

O Sicoob adota a Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos.

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliam impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico.



Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, seguindo os critérios de elegibilidade abaixo e avaliação desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes:

- a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

De modo a observar a propensão ao risco das atividades econômicas das contrapartes, foi elaborada a Lista de Setores Sensíveis e a Lista de Exclusão, considerando os impactos causados ao meio ambiente e na sociedade como um todo, acidentes de trabalho, exposições em mídia, fontes de receita, sensibilidade da legislação aplicável no exercício das atividades, práticas de mercado, apetite a risco institucional e risco de imagem.

O limite de concentração da exposição em setores sensíveis é de 15% (quinze por cento), considerando o saldo devedor dos setores, de forma consolidada, sobre a carteira total da cooperativa.

37.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital com finalidade avaliar e acompanhar os índices mínimos de capital regulamentar e gerencial, com intuito de manter a necessidade de capital adequada aos objetivos estratégicos das entidades do Sicoob.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificarem, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital alinhado aos objetivos estratégicos, principais fontes de capital e plano de contingência.

Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração das instituições.

37.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, inclusive pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, revisados e testados, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

37.8 Risco Cibernético

O gerenciamento de Risco Cibernético compõe a Gestão Integrada de Riscos e abrange os riscos relacionados a segurança de sistemas, redes, infraestruturas, dados e usuários, assegurando uma abordagem abrangente para proteger as entidades do Sicoob contra ameaças no ambiente cibernético.

As diretrizes para o gerenciamento do risco cibernético estão definidas na Política Institucional de Risco Cibernético e no Manual de Risco Cibernético, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e procedimentos padronizados para as entidades do Sicoob.

O ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento do risco cibernético é realizado, no mínimo, bienalmente. Em casos excepcionais, a Diretoria Executiva do CCS poderá prorrogar ou antecipar o prazo do ciclo.

38. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Martinho Campos (MG), 31 de março de 2.025.

LAENDER LENON CORGOZINHO

Presidente do Conselho de Administração

MARCO AURÉLIO ARRUDA DUARTE

Diretor de Negócios

LEIDIANE APARECIDA FERREIRA RATES

Diretora Administrativa

SÉRGIO HENRIQUE DA SILVA

Diretor de Riscos

WILLIANE FERNANDA BARROSO

CONTADOR – CRC/MG-092.906



Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIMAC LTDA. – SICOOB CREDIMAC, reunidos em 27 de março de 2025, em cumprimento às disposições estatutárias, declara que procedeu ao exame do Balanço Patrimonial referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, e demais demonstrações financeiras, elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração. A nossa responsabilidade é de fiscalizar e expressar uma opinião sobre as mesmas e considerando a relevância dos saldos e o volume das transações, a constatação se deu com base nas demonstrações financeiras mais representativas adotadas pela Administração.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acompanhadas das notas explicativas e do parecer da Auditoria, representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Cooperativa.

Somos de parecer favorável ao encaminhamento e aprovação pela Assembleia Geral Ordinária.

Martinho Campos (MG), 27 de março de 2025.

Liliane Maria de Carvalho
Coordenadora do Conselho Fiscal

Débora Milena Couto Modesto de Medeiros
Conselheira Fiscal – Efetivo

Tayron Luiz Alves da Silva
Conselheiro Fiscal – Efetivo

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Martinho Campos Ltda. – SICOOB CREDIMAC
Martinho Campos – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito Credimac Ltda – SICOOB CREDIMAC, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB CREDIMAC em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos

qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão



livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se

as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte / MG, 25 de março de 2025.



Alexandre Gomes Ribeiro de Faria
Contador
CRC 78.210/O

Júlio César Toledo de Carvalho
Contador
CRC -MG 069.261/O

